

# Investimento na Educação e Desenvolvimento Económico: O caso de Angola

**Carlos Chipala Correia**

**Dissertação de Mestrado em Finanças**

Orientação: Prof. Doutor Luís Pacheco

Março, 2017



UNIVERSIDADE PORTUCALENSE

**Carlos Chipala Correia**

**Investimento na Educação e Desenvolvimento Económico:**

**O caso de Angola**

Dissertação apresentada na Universidade Portucalense Infante D. Henrique para obtenção do grau de Mestre em Finanças, sob a orientação do Prof. Doutor Vasco Salazar Soares

Departamento de  
Economia Gestão e Informática  
Março, 2017



UNIVERSIDADE PORTUCALENSE

## **AGRADECIMENTOS**

A preparação de uma dissertação de mestrado é um processo longo e com um certo nível de complexidade por isso nem sempre fácil. É por esta razão que quero, desde já, expressar a minha profunda gratidão ao Omnipotente, onisciente e onipresente Deus e a todos os profissionais que me puderam prestar apoio nesta longa caminhada contribuindo obviamente para a concretização deste projeto.

A minha esposa Amália e aos meus filhos que têm sido a inspiração a força que não encontro dentro de mim proporcionando capacidade de prosseguir na vida e a quem dedico todo este meu esforço intelectual, pelo carinho e educação com que incansavelmente me têm nutrido ao longo da vida.

Ao meu orientador, Prof.Doutor Luís Pacheco, que sempre revelou níveis altos de paciência, responsabilidade, disponibilidade, exigência e colaboração relativamente à realização efetiva deste projeto, recebendo dele toda a ajuda, orientação, críticas, sugestões e conselhos úteis no domínio científico. O meu muito obrigado!

A todos os meus amigos e colegas do curso pela amizade e encorajamento em todos os momentos do projeto.

Aos meus parentes, por todo carinho, amor e apoio incondicional que me prestaram nesta e noutras oportunidades da formação da minha personalidade física, mental e espiritual, por todas as motivações incentivando-me a persistir como também me ajudando a superar obstáculos ao longo da minha vida. Na realidade estou grato a eles por tudo o que sou!

Ao GEP (Gabinete de Estudos e Planeamento) do Ministério da Educação de Angola, IMPB, Colégio Wiliete e ao INE (Instituto Nacional de Estatísticas) pela disponibilidade de fontes de consulta.

## **RESUMO**

O presente trabalho trata-se de uma dissertação de mestrado, fruto de uma pesquisa teórico-empírica desenvolvida em Angola, cujo objeto incide sobre o investimento na educação em Angola, visando avaliar efetivamente o contributo da educação para o desenvolvimento económico nacional. Na perspectiva de fortalecer o quadro teórico-conceitual, procurou-se levar a cabo uma reflexão profunda em torno de três conceitos-chave: Investimento, Educação e Desenvolvimento Económico, no âmbito de se proporcionar uma melhor compreensão do objeto de estudo. As unidades de análise demonstrarão as variáveis mais expressivas, relativamente à realidade do setor educacional e às dinâmicas de desenvolvimento por que tem passado o país, de forma a mensurar a necessidade de investimento neste setor fundamental do ser humano face ao contexto de constrangimentos e recursos existentes ao longo dos anos. A educação em Angola tem revelado nos últimos cinco anos progressos quantitativos e qualitativos, traduzidos no incremento das matrículas e da frequência escolar no ensino primário e na qualificação dos professores. Nesta base, tem-se materializado a bom nível o 2º Objetivo de Desenvolvimento do Milénio (alcançar o ensino primário universal) mas tem sido problemática a realização do Objetivo nº 3, respeitante à promoção da igualdade de género na educação. Entre os fatores explicativos das desigualdades contam-se: a estrutura da rede escolar deficitária no meio rural, a pobreza das famílias e as tradições culturais (ritos de iniciação) que, em conjugação, impedem a permanência das raparigas na escola, conduzem ao abandono precoce, ao que se segue o casamento e a maternidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Investimento, Educação, Desenvolvimento, População, Crescimento

## **ABSTRACT**

The present work is a master thesis, fruit of an empirical research developed in Angola, whose object is based on the research in education in Angola, aiming to assess effectively the contribution of education to the national economic development. In view of strengthening the theoretical-conceptual framework, we sought to undertake a profound reflection around three key concepts: investment, education and economic development, in the context of whether to have provided a better understanding of the object of study. The units of analysis will demonstrate the variables more expressive, in relation to the reality of the educational sector and dynamics of development by that has passed the country in order to measure the need for investment in this key sector of the human being with regard to the context of constraints and existing resources over the years. The education in Angola has revealed to us in the last five years the quantitative and qualitative progress, translated in the increment of enrolment and of school attendance in primary education and qualification of teachers. On this basis, it has materialized the good level the 2<sup>nd</sup> Millennium goal (achieve universal primary education) but has been problematic the achievement of the 3<sup>rd</sup> goal, concerning the promotion of gender equality in education. Among the explanatory factors of inequalities are: the structure of the school network deficient in rural areas the poverty of families; and the cultural traditions (Rites of Initiation) which, in combination, prevent the permanence of girls in school, lead to the early discontinuation, to that follows the marriage and motherhood.

**KEYWORDS:** Investment, Education, Development, Population, Growth

## ÍNDICE

Introdução .....	8
Finalidade e bjetivo da investigação .....	9
1.2 Objeto e pressuposto de partida .....	10
1.3 Relevância científica e social da investigação .....	10
1.4 Fundamentos metodológicos.....	11
2. Desenvolvimento económico e educação.....	13
2.1. Conceito de desenvolvimento .....	13
2.2. Desenvolvimento económico e social de Angola.....	18
2.3. Relações entre a educação e os níveis de desenvolvimento de um país.....	28
2.4. Importância da educação para o desenvolvimento de um país.....	30
2.5. Visão do banco mundial e da unesco quanto ao papel da educação no desenvolvimento de um país .....	31
3. Angola: situação educacional.....	37
3.1 Breve caracterização do país .....	37
3.2 Fases históricas sobre a educação em Angola.....	40
3.2 Investimentos no setor da educação .....	44
4. Breve caracterização sócio-económica da Província de Benguela.....	57
4.1 População por município e sexo.....	58
4.2. Dados sobre a educação na Província de Benguela .....	60
5. Inquérito aos alunos e professores .....	66
Conclusões .....	73
Recomendações.....	76
Referências bibliográficas .....	78
Anexo - inquérito aos alunos e professores.....	81

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Índice de desenvolvimento humano (IDH) divulgado em 24 de julho de 2014, com dados referentes ao ano de 2013.....	21
Tabela 2: Percentagem do OGE atribuído ao setor da saúde nos países africanos, 2014 .....	23
Tabela 3: População residente por província e área de residência, segundo o sexo e índice de masculinidade, em 2014.....	38
Tabela 4: Variação do orçamento geral do estado afeto a educação entre 2000 a 2014 .....	45
Tabela 5: População estudantil angolana no pré-escolar.....	46
Tabela 6: População estudantil angolana no ensino primário .....	47
Tabela 7: População estudantil angolana no 1º ciclo do ensino secundário.....	47
Tabela 8: População estudantil angolana no 2º ciclo do ensino secundário.....	48
Tabela 9: Taxa de conclusão no ensino primário nos países da África sub-sahariana.....	53
Tabela 10: Indicadores de alfabetização e ensino secundário .....	55
Tabela 11: População residente por município e área de residência, segundo o sexo e índice de masculinidade, 2014.....	59
Tabela 12: Escolas públicas .....	60
Tabela 13: Instituições de formação técnico profissional em Benguela .....	61
Tabela 14: Número da população analfabeta residente na província de Benguela por município em 2013.....	61
Tabela 15: Escolas participadas .....	62
Tabela 16 - dados de alunos matriculados por nível de ensino - anos letivos 2013/2015.....	63
Tabela 17:Escolas privadas .....	65

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentagem do OGE atribuído ao sector da Saúde, período 2011-2016.....	25
Gráfico 2: Evolução dos alunos do ensino primário e secundário no ensino especial .....	49
Gráfico 3: Evolução do corpo docente (taxas de crescimento anuais).....	50
Gráfico 4: Taxa líquida de frequência do ensino primário e secundário.....	50
Gráfico 5: Níveis de atraso escolar no ensino primário .....	52
Gráfico 6: Evolução do corpo docente no ensino secundário geral e técnica .....	54
Gráfico 7: Situação Salarial dos funcionários público-privados .....	67

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Distribuição da população residente, por província, em 2014.....	39
Figura 2: Densidade demográfica por província, em 2014 .....	40
Figura 3 :Mapa de Angola – Província de Benguela.....	58

## ÍNDICE DE ABREVIATURAS

DPECT-Direcção Provincial da Educação ,Ciência e Tecnologia

FAO - Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)

GEP - Gabinete de Estudo e Planeamento

HIV- Human Immunodeficiency Virus ( Vírus da Imunodeficiência Humana)

IBEP - Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População

IDG - Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Género

IDH - Índice do Desenvolvimento Humano

ILH - Índice de Liberdades Humanas

IPH - Índice de Pobreza Humana

IMPB-Instituto Médio Politécnico de Benguela

INE-Instituto Nacional de Estatísticas.

INEFOP - Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional

MAPTSS - Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social

MED-Ministério da Educação

MINPLAN-Ministério do Planeamento

OGE-Orçamento geral do Estado

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PIB - Produto Interno Bruto

PNB - Produto Nacional Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RGPH- Recenseamento Geral da População e Habitação

SADC - *Southern Africa Development Community* (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral)

SIDA- Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)

UAN-Universidade Agostinho Neto.

UJES-Universidade José Eduardo dos Santos

UKB-Universidade Katyavala Buila

UKV-Universidade Kimpa Vita

ULAN-Universidade Luiji A`Nkonde

UMN-Universidade Mandume Ya Ndemufayo

UON-Universidade Onze de Novembro

USD - *United States Dollar*

## INTRODUÇÃO

O estudo sobre o investimento na educação em Angola tendo como suporte a sua relação com o desenvolvimento económico do país é de extrema complexidade dada a quase inexistência de fontes de informação escrita sobre o assunto. Todavia, apesar da revelada complexidade em estudos relacionais, importa estudar, envolvendo todos os meios possíveis e imaginários, no sentido de tentar trazer à disposição da sociedade abordagens sobre os referidos estudos, uma vez que a educação como instituição formal de ensino, numa sociedade democrática, assume o papel de garante de igualdade e dignidade entre os cidadãos.

Para a construção da cidadania bem como a necessidade de alcançar o desenvolvimento económico de qualquer povo, é necessário que se respeitem os traços derivados da educação, assim como a sua conseqüente valorização. A educação em Angola não tem merecido a devida valorização no âmbito do contributo que deveria dar para a construção de uma identidade económica angolana forte e da sua respetiva cidadania.

Importa realçar que uma ampla visão sobre a realidade educativa em Angola passa, necessariamente, por um estudo que admita a dialética interação entre a educação escolar como sistema formal ou oficial e a educação resultante dos hábitos e costumes vindos da comunidade.

Visando facilitar o processo de colonização e a retirada de pressupostos que condicionem a aculturação e desenvolvimento mental dos angolanos, foi subestimado todo o conhecimento derivado de hábitos e costumes tendo, por conseguinte, sido ignorados elementos substanciais relativos a investimentos no setor da educação angolana. O regime político colonial entendia deste modo poder impedir que surgisse uma visão e uma mentalidade nacional moderna, para tal necessário seria erradicar todo o sistema que visava valorizar e integrar os angolanos de forma genérica no sistema educativo, bem como alocar recursos que levassem a massificar o setor da educação, expandindo o ensino para todos os angolanos, porquanto representava na visão colonialista uma forma de resistência cultural à penetração e ocupação do colonialismo.

Atualmente, o quadro social do nosso país, onde prevalecem os níveis elevados de desigualdades sociais e a pobreza, tem levado a que valores como o da convivência social, coesão, crescimento e desenvolvimento não sejam enaltecidos e defendidos na plenitude. Com efeito, torna-se difícil edificar qualquer cidadania democrática pois esta

assenta em valores como igualdade, fraternidade, solidariedade, dignidade, respeito às instituições, o que necessariamente se resume numa educação multicultural, reconhecendo e assumindo-se também como valorosos todos os elementos provenientes da educação tradicional.

Esta visão está associada ao artigo 26º da Declaração Universal dos Direitos Humanos que diz: “Toda a pessoa tem direito à educação. [...]”.

O objetivo principal da educação deve assentar em defender valores relativos aos direitos que colocam o homem acima ou no centro de toda a ideologia, assim como valores que se circunscrevem na defesa das liberdades fundamentais.

## **FINALIDADE E OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO**

O objetivo desta dissertação visa realizar uma abordagem investigativa sobre a necessidade profunda de investimento no setor da educação em Angola de tal modo que se possa impulsionar um desenvolvimento económico nacional, porquanto, segundo Souza (2012: 1), citando Alexandre Garcia, “a educação liberta, converte clientes e dependentes em eleitores conscientes e cidadãos exigentes, e um cidadão educado não aceita ser conduzido, mas conduzirá o seu destino”. Tal confere à educação a responsabilidade de um desenvolvimento económico sustentável, e um futuro sombrio, caso se coloque de lado, ou seja, não há futuro sem educação. Portanto atribui-se à educação o fundamento da produtividade de uma economia moderna sustentável, ou seja, a chave do desenvolvimento económico e do progresso de qualquer país.

No sentido de perseguir aquele objetivo analisar-se-ão, em primeiro lugar, as razões teóricas que suportam o desenvolvimento de qualquer país tendo como suporte teórico a existência da interrelação entre os níveis de educação e de desenvolvimento. Seguidamente, apresentar-se-á uma abordagem sobre a importância da educação para o desenvolvimento bem como o desenvolvimento económico e social de África e, no caso particular, de Angola. No segundo momento analisar-se-á a visão da UNESCO e do Banco Mundial sobre o papel da educação no contexto do desenvolvimento económico de qualquer país. No terceiro momento analisar-se-ão aspetos relacionados com a educação em Angola. No quarto momento far-se-á uma breve caracterização sócio-económica da província de Benguela, assim como uma abordagem relativa à situação educativa desta província. No quinto momento far-se-á uma análise e interpretação dos dados resultantes dos inquéritos e entrevistas feitas a estudantes e funcionários do

Colégio Wiliete e do Instituto Médio Politécnico de Benguela e a funcionários da Direção Provincial da Educação. Finalmente, o trabalho termina com as conclusões e recomendações.

## **1.2 OBJETO E PRESSUPOSTO DE PARTIDA**

Segundo Caleiro (2008: 135), existe uma relação diretamente proporcional entre a educação e o desenvolvimento económico de qualquer país, o que torna possível aferir que o investimento no setor da educação resulta em desenvolvimento económico. Neste sentido, torna-se possível delimitar o objeto desta investigação a questões estritamente ligadas ao investimento na educação, para que se obtenham resultados que se reflitam em indicadores de desenvolvimento económico, provocando como consequência o desenvolvimento humano geral de Angola. Sendo assim, *“formular o problema consiste em dizer de maneira explícita, clara, compreensível e operacional, qual a dificuldade com a qual nos defrontamos e que pretendemos resolver limitando o seu campo e apresentando as suas características”* (Carvalho, 2002: 109).

O longo período de colonização portuguesa a que Angola esteve submetida, associado à época de guerra fria pós-independência, tem contribuído negativamente de forma substancial no âmbito do processo de transformação e de desenvolvimento de Angola. A educação como parte de um sistema que sustenta outros subsistemas sociais também obviamente ficou afetada.

## **1.3 RELEVÂNCIA CIENTÍFICA E SOCIAL DA INVESTIGAÇÃO**

A dimensão universal sobre o valor acrescido da educação é de pleno reconhecimento, porquanto entende-se ser a educação o ativo maior de qualquer povo dotando-o de aportes para suportar as adversidades exigentes da vida. Logo, a imprescindível relação **“Educação – Desenvolvimento”**, numa visão essencialmente angolana, emerge de grandes desafios antropológicos se atentarmos nas grandes necessidades humanas, o progresso e a felicidade humana, fatores intrinsecamente ligados à educação. O trabalho terá um impacto científico, na medida em que a sua estrutura baseia-se num corpo teórico de carácter transversal, permitindo compreender de uma forma geral todo o sistema educativo angolano a par do processo de desenvolvimento geral do país.

A finalidade deste estudo consiste em colocar ao dispor da sociedade angolana informações relevantes, que possam influenciar, ampliar e melhorar do ponto de vista quantitativo e qualitativo a visão dos órgãos de decisão angolanos, de tal modo que se possam gizar políticas que incentivem investir na educação em Angola, para que se possa alcançar de facto o desenvolvimento económico que tanto se almeja, fornecendo elementos em termos de dados para o aumento quantitativo e qualitativo da rede escolar, numa lógica da inovação educacional e da política de desenvolvimento nacional.

#### **1.4 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS**

O desenvolvimento de Angola obriga a que se faça uma abordagem profunda sobre os enormes desafios relativos ao comportamento económico, à estratificação do tecido cultural dos angolanos, destacando em linhas gerais: o aumento em termos de exclusão social da sua população, o aumento dos índices de pobreza e da iliteracia e, por outro lado, a ausência de uma educação ambiental causando como consequência uma constante degradação do meio ambiente, assim como o ascendente declínio em questões de desigualdades no acesso à educação.

Qualquer reflexão ou estudo sobre o setor da educação deverá relacioná-lo sempre entre outros assuntos com o desenvolvimento ou atraso da humanidade.

Dada a dimensão teórica do objeto desta investigação centralizar-se no investimento no setor da educação para, conseqüentemente, provocar o desenvolvimento económico, no caso de Angola, em função do grau de objetividade que se quer dar a pesquisa, e porque pretende-se produzir uma explicação objetiva, mensurável e verificável do conteúdo manifesto, sublinha-se desta feita a argumentação de Fiske, J (2005) de que “a análise de conteúdo analisa a ordem de significação denotativa; por outro lado, funciona melhor a grande escala, ou seja, quanto mais tiver que analisar, mais exata é; por fim, as unidades de análise devem ser facilmente identificáveis, proporcionando uma evidência, relativamente à abstração sobre a problemática em estudo”. Opta-se metodologicamente pela **análise de conteúdo**. A escolha do método justifica-se também pela existência de inúmeros documentos de referência para a análise do sistema educativo angolano, paralelamente ao processo de desenvolvimento nacional.

**A pesquisa bibliográfica**, por seu turno, como refere Faria (2007: 34) “...é uma técnica de aprofundamento teórico em busca de soluções de problemas previamente definidos”.

**A pesquisa documental** visto ser uma ferramenta de recolha prévia de bibliografia especializada acerca de pressupostos de âmbito teórico com a qual o estudo estará de forma direta ou indireta ligado, é uma metodologia de relevância importante e sobretudo devido à amplitude nacional do estudo, “a pesquisa documental será particularmente útil, quando o acesso a indivíduos de pesquisa se torna difícil ou impossível” (Bell, 2004: 101).

Um outro método usado em função da impossibilidade de se alcançar o todo nacional é “a análise documental de ficheiros e registos educacionais pode revelar-se uma fonte de dados extremamente importante” (Johnson, D 1984: 23), bem como a elaboração de um questionário.

**As técnicas de entrevistas** (aos responsáveis seniores da educação e educandos, assim como alunos), “revelam-se particularmente profícuas, na medida em que permitem que o investigador apreenda o sentido que os atores sociais atribuem às suas práticas e se familiarize com universos sociais e culturais diversos do seu, nomeadamente durante a fase exploratória da pesquisa” (Ribeiro, 2003: 261).

Portanto, a questão fundamental deste estudo traduz-se do seguinte modo:

**O investimento na educação é condição necessária e indispensável para se alcançar o desenvolvimento económico de qualquer país em geral e no caso particular em Angola?**

## **2. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E EDUCAÇÃO**

### **2.1. Conceito de desenvolvimento**

O mundo atual é palco de uma acentuada desigualdade em termos de qualidade de vida, de uma profunda injustiça social, se compararmos as diferenças em termos de crescimento e o resultante desenvolvimento económico dos diferentes países.

A possibilidade dos países se relacionarem uns com os outros, fruto da globalização, ainda assim não é suficiente para eliminar as visíveis diferenças entre países no que toca ao seu respetivo crescimento, assim como ao seu desenvolvimento económico. Há um pouco por todo mundo milhões de pessoas passando por profundas necessidades materiais, carências alimentares, pessoas que enfrentam dificuldades de acesso a serviços educacionais, pessoas que morrem por dificuldades ou mesmo em alguns casos inexistência de serviços de atendimento médico e medicamentoso, milhares de pessoas não encontram meios de gerir de maneira racional e eficiente os seus recursos escassos, isto é, pessoas que não exercem os seus direitos económicos bem como os sociais. Observa-se, no entanto, uma grande distância entre países pobres e os países ricos, consistindo esse critério de qualificação entre os países e regiões até há bem pouco tempo, como sendo ricos e pobres, no uso exclusivo de variações do PIB, sem ao menos tentar medir a qualidade de vida dos habitantes. Furtado (1974: 75) defende que “a ideia de desenvolvimento económico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento”. Este pensamento está a ser paulatimamente ultrapassado e aos poucos as pessoas e o seu nível de vida tornam-se o propósito final do desenvolvimento, porquanto são menos importantes questões relativas à variação do PIB do período anterior (PNUD, 1996) em detrimento das oportunidades que as crianças e os jovens têm de acesso à educação, à saúde e a uma habitação digna, enfim, de desfrutar uma longa vida produtiva que lhes permita manter uma família. Assim, o homem ocupa o lugar cimeiro no debate sobre o desenvolvimento desde os primórdios da década de 1990.

Porém, haverá pobres (pessoas desprovidas de ativos corpóreos ou financeiros em determinada altura), embora em número reduzido, até nos países desenvolvidos, assim como alguns problemas que mais caracterizam os países pobres.

Sendo assim, importa definir o desenvolvimento como o conceito associado a países cuja população recebe fruto da sua atividade na produção de um bem, bons níveis de rendimento, países cuja população encontra facilidades no acesso à educação, países em que os serviços de saúde e cuidados médicos estão a disposição da população, países que apresentam níveis elevados no tocante à formação profissional dos seus cidadãos bem como aqueles países cuja população enaltece o seu padrão cultural como valor assente na educação dos seus cidadãos.

Por outro lado, os países subdesenvolvidos são aqueles onde todos os aspetos referidos acima não estão presentes. Sendo assim, entende-se estar associado ao desenvolvimento o fenómeno qualitativo, enquanto o fenómeno quantitativo está ligado ao crescimento. Porém, o crescimento é um subconjunto do desenvolvimento, estando este contido no desenvolvimento; isto é, um país que cresce economicamente acaba por ser um país desenvolvido e não há nenhum país que se julgue desenvolvido, porém que não cresça economicamente.

Segundo Vasconcellos e Garcia (2004), o desenvolvimento em qualquer visão ideológica deve ser consequência do crescimento económico seguido de melhorias na qualidade de vida, ou seja, deve integrar as sucessivas mudanças relativas à composição do produto e à disponibilização de recursos aos mais variados setores económicos, visando melhorar os indicadores de bem-estar económico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e habitação).

Quando um país produz bens e serviços em grandes quantidades e quase que de maneira invariável, quando se observa num determinado país um incremento na produção nacional, porém não variando os preços destes produtos, logo há crescimento económico num país. Todavia, a questão do desenvolvimento económico está muito mais voltada ao bem-estar das populações, as melhores condições de vida e condições das populações, relacionadas com a higiene, saúde, educação, habitação e outras.

Segundo Cameron (2003), é provável notar claramente disparidade sobre as noções de desenvolvimento e crescimento, uma vez que os dois são diferenciados um do outro pelos indicadores quantitativos e qualitativos. Desta maneira, o desenvolvimento aparenta reconhecer fundamentalmente as qualidades que espelham a harmonia do coletivo e a opinião da evolução das sociedades e dos homens. No entanto, crescimento

junta-se aos elementos quantitativos que, por sua escala, retratam a capacidade de um determinado país fazer face ao seguimento de transformação e desenvolvimento, o que ainda sujeita de outros mecanismos de dinamização para esse fim. Portanto, o desenvolvimento tem no centro da sua atenção o homem que deve ser o fim de todo e qualquer crescimento económico.

De modo resumido, o desenvolvimento não é mais que o crescimento – com pendor em incrementos positivos no produto e no rendimento – transformado para satisfazer as mais diversas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, entre outras. Scatolin (1989: 15), refere que este conceito passou a ser amplamente difundido no final da década de 1940 pelos estudiosos economistas estruturalistas.

Desta maneira, todas as sociedades capazes de produzir de uma maneira contínua são consideradas desenvolvidas.

Apesar de não ser consensual do ponto de vista convencional, o crescimento económico, apesar de não ser condição suficiente para o desenvolvimento, é um requisito necessário para que as nações possam superar a pobreza permitindo a construção de um padrão digno de vida.

Para Milone (1998: 512), a economia, isto é, “o produto, cresce desde que ocorra:

- 1) acumulação de capital: por intermédio do aumento de equipamentos, máquinas, indústrias etc.; para a consequente realização de obras de infraestruturas: estradas, energia, etc.; e do investimento em recursos humanos: visão voltada na melhor preparação da mão de obra, etc.
- 2) crescimento da população: quanto maior for o número da população, de maneira proporcional implica um aumento da força de trabalho e da procura interna. (...).

Segundo resumido por Rodrigues (1993: 20), “o crescimento económico carece de sentido, se não consegue promover, em última instância, o desenvolvimento humano [e social], entendido como a realização (ou satisfação) pessoal dos indivíduos de um país/região”. Dessa forma, para atingir o desenvolvimento humano, tem-se que reduzir a exclusão social, caracterizada pela pobreza e pela desigualdade.

Para Sandroni (1994), desenvolvimento económico é sinónimo de crescimento económico (incrementos positivos no produto) acompanhado por melhorias do nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia. Aquele autor considera o desenvolvimento dependente das características de cada país ou região. Quer dizer, o passado histórico, a posição e extensão geográficas, as condições demográficas, a cultura e os recursos naturais que possuem são variáveis do desenvolvimento económico.

Para Milone (1998) é necessário que haja ao longo do tempo uma variação positiva de crescimento económico, aferido pelos indicadores de rendimento, rendimento per capita, PIB per capita, de redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade e melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, habitação e transporte para se deduzir o desenvolvimento económico.

Resumindo de maneira simplificada, os países ou regiões devem fundamentar as suas políticas não apenas no crescimento do produto interno bruto, mas sobretudo devem preocupar-se com a forma de distribuir de maneira equitativa o rendimento derivado deste PIB a toda população de modo a proporcionar a mesma qualidade de vida plena, ou seja, a distribuição do rendimento de forma equitativa.

Os projetos de pendor desenvolvista que promovam um desenvolvimento sustentável são os que devem merecer uma atenção especial. Assim sendo, existem países ricos que embora sejam ricos não traduzem esta riqueza a toda a sua população, pelo que se tornam países subdesenvolvidos devido aos seus indicadores de desenvolvimento que podem ser simples (demográficos, económicos, políticos e socioculturais) ou compostos (índice de desenvolvimento humano - IDH, índice de pobreza humana - IPH, índice de liberdades humanas - ILH, índice de desenvolvimento ajustado ao género - IDG).

Deste modo, os países subdesenvolvidos possuem determinadas características, sendo;

- ❖ A ausência de meios de produção utilizados nos procedimentos produtivos
- ❖ Uma grande dependência externa, fruto da escassez de capital
- ❖ Países com rendimentos distribuídos pela sua população de forma desproporcional
- ❖ Países onde o número da população cresce de forma descontrolada

- ❖ Países onde a economia não está formalmente orientada, onde não é feito o estudo das atividades económicas viradas para a satisfação das necessidades coletivas do homem e sobretudo países onde a formação da mão de obra não é de elevada consideração, sendo o homem o menos importante no processo produtivo.

O assunto ligado à educação da mulher e à juventude passou a constar de um relatório publicado pela UNESCO em 1995. Neste relatório fica enaltecido o engajamento sobre as tendências globais e os desenvolvimentos no acesso das raparigas à educação formal, quer nos países desenvolvidos, quer nos países em vias de desenvolvimento. Desta forma, foram reajustadas as medidas que se prendem com a educação para a paz, a educação para o respeito aos direitos do homem, bem como questões ligadas à educação para as questões de democratização das nações.

Os professores, dada a responsabilidade social que possuem nesta tarefa de educar para a cidadania, em 1998, por ocasião da publicação da 4ª edição do Relatório Mundial da Educação, passaram a ocupar um papel de relevo na visão destas organizações internacionais, porquanto esta profissão assume as mais elevadas considerações um pouco por todo mundo. Toda a política relativa à educação no contexto das nações foi analisada em pormenor. O estatuto do professor, as condições em que os mesmos trabalham no exercício das suas funções, bem como as tendências no ensino-aprendizagem. Portanto, o relatório faz um retrato global, baseado nos desenvolvimentos recentes dos sistemas de ensino e das políticas educativas.

A influência do uso das tecnologias e o seu impacto como sendo uma indispensável ferramenta no ensino e o seu potencial para uma aprendizagem fora da sala de aula, também foram avaliadas.

Em 190 países e territórios são apresentados dados tratados em termos estatísticos acerca de indicadores relativos a diversos aspetos da educação e do seu contexto demográfico, socioeconómico, cultural e comunicacional.

O direito à educação foi assunto de análise no Relatório Mundial da Educação (2000), tal como está defendido no artigo 26 da Carta Universal dos Direitos Humanos. O relatório cita de forma numérica um conjunto de compromissos assumidos pela comunidade internacional na última metade do séc. XX, com a visão de implementar este direito. Refere-se ainda de maneira efetiva e generalizada neste relatório todo progresso verificado até ao presente momento, sobre questões relacionadas com a

implementação do Direito à Educação em diferentes regiões do mundo. A seguir, apresentam-se os principais indicadores revelados neste último relatório:

1. População e o Produto Nacional Bruto (PNB);
2. Alfabetização, cultura e comunicação;
3. Pré-escolaridade e acesso ao ensino;
4. Ensino do primeiro grau: duração, população e taxa de escolarização;
5. Eficácia interna do ensino do primeiro grau;
6. Duração, população e taxa de escolaridade do ensino do segundo grau;
7. Corpo docente no ensino pré-primário, primário e secundário;
8. Ensino do terceiro grau: efetivos e percentagens por nível;
9. Ensino do terceiro grau: estudantes e licenciados por áreas gerais de estudo;
10. Efetivos do ensino privado e despesas públicas do ensino;
11. Despesas públicas correntes do ensino.

## **2.2. Desenvolvimento económico e social de Angola**

De acordo com a tabela abaixo referente ao IDH divulgada pelo Banco Mundial baseado no relatório do Desenvolvimento Humano de 2014 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), mostra-se que Angola de acordo com os indicadores composto é um país de desenvolvimento muito baixo.

Angola é um país potencialmente rico, uma vez que possui recursos naturais que propiciam o desenvolvimento económico. Todavia, essa riqueza natural não tem sido traduzida no bem-estar das suas populações. Isto é, Angola não traduz em termos práticos a sua riqueza a toda a população, remetendo os seus cidadãos a um nível de vida muito baixo, o que se traduz numa ausência de políticas que visam fortalecer os setores económicos e sociais. Isto é, a sua estrutura económica e social apresenta-se deformada e como consequência disto o país vive da dependência externa, sobretudo no que diz respeito a bens e serviços para a satisfação das necessidades primárias da sua população.

Ainda assim parte da riqueza produzida no país é distribuída de maneira desnivelada a uma parte de sua população, chegando a existir cidadãos que vivem em extrema pobreza.

A falta de uma política voltada para o setor social leva a que parte da população não tenha informação, assim como formação a respeito do planeamento familiar, provocando assim no seu tecido demográfico o crescimento desordenado da sua população.

Os estudos económicos da sua população são quase inexistentes, visto serem estes estudos aqueles que deveriam suportar a atividade económica feita pelo cidadão angolano, com a finalidade de satisfazer as suas necessidades. Ou seja, não existem estudos que permitam saber como a sociedade angolana administra os seus recursos, que à partida são escassos.

A política social do país não coloca o homem no centro da sua atenção, resultando daí uma formação da mão de obra sem o mínimo de qualificações para o exigente mercado de trabalho, mas considerando o homem como o fator menos importante no processo produtivo. Acresce-se também o facto do elevado nível de taxa de desemprego da sua população.

De acordo com os dados do Banco Mundial, reforçados no relatório do desenvolvimento humano, de 2003, do PNUD, temos o seguinte:

A esperança média de vida do angolano é de 46,68 anos, contra 76,18 anos em Portugal. Das 1000 crianças que nascem vivas, morrem 154 contra apenas 4 crianças de nacionalidade portuguesa que morrem. A taxa de crescimento anual da população é 3,01%, contra 0,73% da taxa de crescimento anual de Portugal. O PIB per capita (em Dólares Americanos) dos angolanos era estimado em 2.130 USD, contra os 18.280 USD dos Portugueses.

Esta diferença numérica reflete de longe a disparidade entre os níveis de desenvolvimento dos dois países.

A ausência de uma planificação formalmente orientada no domínio da educação faz com que investimentos no tocante a instituições de ensino técnico profissional estejam em quantidade reduzida. Como consequência, regista-se um grande défice no tocante a produção, transporte e distribuição de energia eléctrica originando para o país profundos impactos negativos no desenvolvimento do tecido industrial de Angola.

O desenvolvimento humano é posto em causa pelo facto de não haver o acesso a água potável para a maioria dos angolanos. Estima-se que cerca de 62% da população

angolana não beneficia diretamente deste elemento fundamental à qualidade de vida que é a água potável. Ainda assim, somente 13% dos angolanos, o que é de facto uma parte minoritária da população, tem o privilégio de usufruir da água potável ligada à rede pública de abastecimento, pois os restantes 25% da população que beneficia da água potável, embora a tenham nos seus domicílios, ela não é potável o suficiente para o consumo humano, sendo esta também uma das causas principais no surgimento de doenças de saúde pública. Estes dados colocam Angola como um dos países da África SubSahariana com níveis bastantes baixos em termos de abastecimento de água potável à sua população e esta debilidade provoca como consequência natural um deficiente serviço de saneamento básico.

A insuficiência na produção, no transporte e na distribuição de energia elétrica bem como o sistema de captação, tratamento e distribuição da água potável de Angola, fruto de todos os estrangulamentos já apontados, contribuem para tornarem mais difíceis o nível de vida dos angolanos. Estima-se que metade da população angolana não tem acesso à eletricidade, o que certamente se reflete também em fatores que tornam débil o estado sanitário da população entre outros males daí resultantes.

Para países em via de desenvolvimento, como é o caso de Angola, a organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) recomenda um consumo médio de 1800 calorias por dia. Porém, o que se observa nos agregados extremamente pobres de Angola é um consumo diário de calorias inferior a um terço do recomendado, segundo estudo realizado pelo Ministério do Planeamento de Angola (2004).

Esta realidade alimentar coloca 31% das crianças angolanas menores de cinco anos em condição de desnutrição de acordo ao inquérito de indicadores múltiplos, realizado pelo INE-UNICEF, em 2001.

Grande parte das despesas familiares realizadas pelas famílias nos grandes centros urbanos de Angola são para a alimentação, mas ainda assim as estimativas apontam para apenas menos de metade das famílias que vivem nos meios urbanos têm um consumo de calorias ao nível do recomendado pela FAO.

**Tabela 1:** Índice de desenvolvimento humano (IDH) divulgado em 24 de julho de 2014, com dados referentes ao ano de 2013

POSICÃO	PAÍS	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	
		Estimativas para 2013	Mudança na pontuação entre 2012 e 2013
<b>DESENVOLVIMENTO HUMANO ALTO</b>			
1	Líbia	0,784	0,005
2	Maurícia	0,771	0,002
3	Seychelles	0,756	0,001
4	Tunísia	0,721	0,002
5	Argélia	0,717	0,002
<b>DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO</b>			
6	Botsuana	0,683	0,002
7	Egito	0,682	0,001
8	Gabão	0,674	0,004
9	Africa do Sul	0,658	0,004
10	Cabo verde	0,636	0,001
11	Namíbia	0,626	0,004
12	Marrocos	0,617	0,003
13	Gana	0,573	0,002
14	República do Congo	0,564	0,003
15	Zâmbia	0,561	0,007
16	São Tomé e Príncipe	0,558	0,002
17	GuinéEquatorial	0,556	
<b>DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO</b>			
18	Quênia	0,535	0,004
19	Suazilândia	0,530	0,001
20	Angola	0,526	0,002
21	Ruanda	0,506	0,004
22	Camarões	0,504	0,003
23	Nigéria		0,004
24	Madagáscar	0,498	0,002
25	Zimbabwe	0,492	0,008
26	Comores	0,488	0,002
27	Tanzânia		0,004
28	Mauritânia	0,487	0,002
29	Lesoto	0,486	0,005
30	Senegal	0,485	0,001
31	Uganda	0,484	0,004
32	Benin	0,476	0,003

**Tabela 1:** Índice de desenvolvimento humano (IDH) divulgado em 24 de julho de 2014, com dados referentes ao ano de 2013 ( *continuação*)

POSICÃO	PAÍS	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	
		Estimativas para 2013	Mudança na pontuação entre 2012 e 2013
<b>DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO</b>			
33	Sudão	0,473	0,001
34	Togo		0,003
35	Djibouti	0,467	0,002
36	Costa do Marfim	0,452	0,004
37	Gâmbia	0,441	0,003
38	Etiópia	0,435	0,006
39	Malawi	0,414	0,003
40	Libéria	0,412	0,005
41	Mali	0,407	0,001
42	Guiné-Bissau	0,396	
43	Moçambique	0,393	0,004
44	Guiné	0,392	0,001
45	Burundi	0,389	0,003
46	Burkina Faso	0,388	0,003
47	Eritreia	0,381	0,001
48	Serra Leoa	0,374	0,006
49	Chade	0,372	0,002
50	República Centro-Africana	0,341	0,024
51	República Democrática do Congo	0,338	0,005
52	Níger	0,337	0,002

FONTE: PNUD.

Angola encontra-se na posição 20 com o índice de desenvolvimento humano baixo estimado em 0,526 no ano de 2013 no conjunto de 52 países de África, superando apenas Moçambique no tocante aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e sendo o 9º país no contexto da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), o que reflete claramente o investimento que deve ser feito no tecido humano para que o país alcance de facto níveis aceitáveis no domínio da educação, o que certamente irá produzir uma expectativa melhor no tocante à esperança de vida, padronizando o bem estar da população.

Os níveis de pobreza acabam por se refletir na fome se atendermos a que socialmente um indivíduo pobre é caracterizado por conviver com uma situação social

e económica marcada fortemente por uma carência em termos da satisfação das suas necessidades básicas. Ainda se registam níveis acentuados de carência no tocante a serviços sociais, como: saúde precária, insuficiente rede escolar, uma série de dificuldades em aceder a bens públicos, originando obviamente baixa produtividade e pondo em causa o índice de desenvolvimento humano de Angola.

Apesar de se registarem progressos significativos, relativos à redução da população que vive com rendimentos abaixo de 1 USD, porquanto segundo o IBEP (2011), em cada 100 angolanos, 68 eram pobres em 2001, enquanto para o mesmo número de angolanos 37 vivem com rendimentos abaixo de 1 USD por dia de acordo ao relatório do IBEP divulgado em 2009. Aquele mesmo inquérito revela haver uma certa incidência da pobreza nas zonas rurais, sendo 58,3, contra os 18,7 da pobreza incidindo no meio urbano, isto é para cada 100 Angolanos residentes no meio rural, 58 deles são pobres e para cada 100 angolanos residente no meio urbano, 19 deles são pobres.

É necessário refletir seriamente sobre os investimentos voltados para a redução da pobreza nestas zonas rurais, pois se percebe ser a pobreza em Angola três vezes maior no meio rural comparativamente ao urbano, o que conjugado com o facto de haver mais investimentos no tecido urbano, torna mais acessível a vida de quem de facto reside nestas zonas, provocando obviamente o êxodo de muitas populações das zonas rurais para urbanas em busca das melhores condições de vida.

Na redução da pobreza também é importante refletir-se sobre o sistema nacional de saúde. Angola é um dos países de África cujo orçamento geral do estado afeta menos recursos em termos de percentagem ao sector da saúde, estando na 49ª posição no universo de 54 países africanos, segundo a base de dados do Banco Mundial.

**Tabela 2: Percentagem do OGE atribuído ao setor da saúde nos países africanos, 2014**

PAÍS	%
Malawi	17
Suazilândia	17
Etiópia	16
Gâmbia	15
África do sul	14
República centro africana	14
Tunísia	14
Djibouti	14

**Tabela 2:** Percentagem do OGE atribuído ao setor da saúde nos países africanos, 2014  
( continuação)

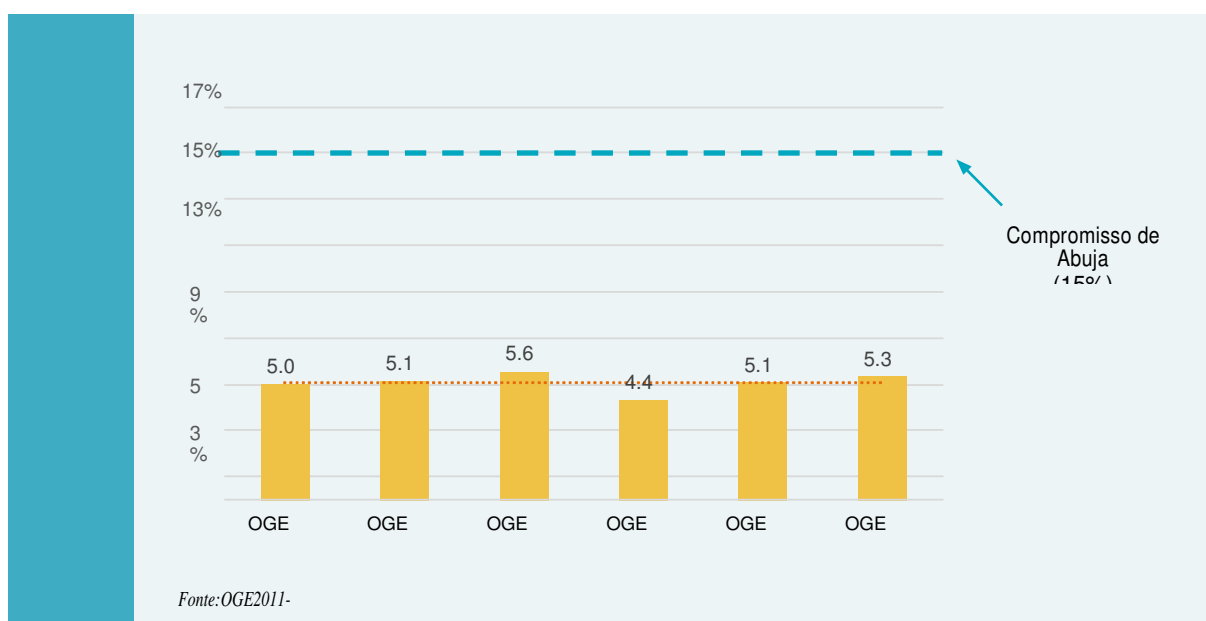
<b>PAÍS</b>	<b>%</b>
Namíbia	14
Burundi	13
Lesoto	13
Quênia	13
São tomé e príncipe	12
Tanzânia	12
Libéria	12
Cabo verde	12
Sudão	12
Zâmbia	11
Burquina faso	11
Uganda	11
Serra leoa	11
Madagascar	10
Ilhas maurícias	10
Argélia	10
Ruanda	10
Seycheles	10
Benim	9
Guiné	9
Chade	9
Botsuana	9
Moçambique	9
República democrática do congo	9
Comores	8
Zimbábue	8
Nigéria	8
Senegal	8
Togo	8
Guiné bissau	8
Níger	7
Gabão	7
Costa do marfim	7
Guiné equatorial	7
Gana	6
Marrocos	6
Mauritânia	6
Mali	6
Egito	5
<b>Angola</b>	<b>5</b>
Líbia	4
Camarões	4
Sudão	4
Eritreia	1

FONTE:BASE DE DADOS DO BANCO MUNDIAL 2014

Se entendermos ser a saúde um setor social estratégico para o desenvolvimento do país, uma vez que a disponibilização para o cidadão dos cuidados de saúde adequados é não apenas um direito individual, assim como uma condição necessária para o desenvolvimento humano, o que conseqüentemente concorre para a redução da pobreza proporcionando condições para o crescimento económico sustentável do país. É importante refletir sobre a dotação do orçamento da saúde, percentagem que continua a ser muito baixa na ordem de 5,3% do total do OGE, três vezes mais baixa relativamente de acordo ao previsto nos compromissos internacionais do setor da saúde de Abuja que orientavam a atribuição ao setor da saúde de uma dotação orçamental superior a 17%, segundo o gráfico abaixo.

Muito embora em termos nominais o valor tenha conhecido um ligeiro aumento, porém este incremento em termos nominais acaba por ser em termos de valor real insignificante se atendermos ao poder de compra e à desvalorizaçãoda moeda nacional que a economia angolana vem conhecendo nos últimos dois anos.

**Gráfico 1:** Percentagem do OGE atribuído ao sector da Saúde, período 2011-2016



Esta baixa percentagem em termos orçamentais naturalmente provoca sérios problemas no Serviço Nacional de Saúde, causando obviamente:

- Grandes desigualdades em termos de utilização dos serviços de saúde materna;
- Um elevado défice na qualidade dos serviços de saúde materna disponíveis;
- Uma grave escassez de pessoal qualificado, o que ilustra bem os dados revelados pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Segundo a OMS, Angola por 1.000 habitantes possuía apenas 0,08 médicos e sedeados nas principais cidades, sobretudo, em Luanda; fazendo com que a maior parte dos partos sejam feitos sem a assistência de profissionais qualificados de saúde, o que de certa maneira aumenta a probabilidade de morte da criança antes de completar 5 anos de idade. Ou seja, ressalta a quantidade de partos feitos fora das instituições hospitalares, sem a devida assistência de pessoal qualificado, sendo que as taxas de partos institucionais são inferiores a 30%. Esta baixa taxa de cobertura de partos explica-se pela:

- Retração da rede sanitária causada pela guerra;
- Fraca qualidade dos serviços, ligada diretamente à falta de medicamentos;
- Inadequado sistema de referência, que faz das grandes maternidades centros sobrepovoados;
- Falta de pessoal qualificado; e por último,
- Barreiras do tipo económico, como os pagamentos que se realizam nas unidades sanitárias.

Apesar de uma relativa redução no domínio da mortalidade infantil, sobretudo nas crianças abaixo de 5 anos, ainda se considera elevada essa mortalidade, estimando-se em torno de 157 mortes por 1000 nados vivos. Segundo os dados do inquérito nacional de nutrição de 2007, cerca de um terço das crianças de 6-59 meses sofrem de uma malnutrição crónica

Estando a pobreza diretamente associada aos níveis educacionais dos cidadãos, a prevalência da malnutrição na população infantil angolana é também resultado da influência do baixo nível educacional dos adultos, especialmente das mães. Este quadro não só afeta as gerações atuais, como também coloca em risco o desenvolvimento

sustentável das futuras gerações, porquanto impede o desenvolvimento do potencial humano de crianças e jovens.

De acordo aos dados do IBEP (2011), menos de 17% de crianças com idade abaixo dos 5 anos dormem debaixo de mosquiteiros tratados, fazendo com que a malária seja desta maneira uma das primeiras causas de mortalidade infantil. O estudo complementar realizado pelo Ministério do Planeamento (MINPLAN, 2010: 58), aponta a malária como a primeira causa de morte em Angola, visto atacar maioritariamente as crianças e as mulheres, que constituem segundo dados do censo populacional a maior parte da população de Angola. Portanto, de acordo com os dados do serviço nacional público de saúde, a malária representa cerca de 35% da procura de serviços curativos, sendo também a maior causa de internamentos hospitalares em Angola, ou seja, do total de internamentos hospitalares, cerca de 20% estão associados à malária. O maior número de mulheres que morre antes do parto também apresenta como diagnóstico a malária, isto é, cerca de 40% das mortes perinatais resultam da malária, para além de ser a causa de 25% de mortalidade materna, segundo Cosep/ICT (2011: 2).

Realça-se também para além da malária, a prevalência de doenças respiratórias agudas, representando cerca de 90% das causas de doenças do país. Observa-se uma reduzida preocupação e conseqüentemente poucos investimentos visando prestar maior atenção a estas doenças, atendendo à diminuta alocação de recursos a estes programas de prevenção e combate a estas doenças, tidas como doenças de saúde pública.

Sendo assim, quer seja as taxas de mortalidade infantil como as taxas de mortalidade em menores de 5 anos, colocam Angola entre as mais altas do mundo, pois mais de 75 mil mortes anuais são consequência da malária tida como a principal causa de mortalidade nos menores de cinco anos, segundo o Ministério da Saúde, seguida das doenças diarreicas agudas e das infeções respiratórias agudas. Das doenças preveníveis com vacinas, o sarampo é a principal causa de morbi-mortalidade, causando entre 7 e 30 mil mortes cada ano.

Devido à pouca informação disponível sobre os dados relativos ao HIV/SIDA, não são verdadeiramente conhecidos os números reais de mortes por ele provocadas. Estima-se haver mais de 5,5% de indivíduos adultos portadores do vírus, atendendo a que apenas 23% das mulheres entre os 15 e os 49 anos têm conhecimentos sobre como evitar a doença. Cerca de 5,4 crianças em cada mil morrem antes de completar 1 ano de idade na Europa. A distância em termos estatísticos de Angola face aos países europeus é enorme. Em alguns países desenvolvidos, tais como o Japão, a Islândia, a Finlândia, a

Suécia, a Noruega e Singapura, esta taxa chega a ser mais baixa ainda, registando médias inferiores a 3 mortes de crianças por cada mil nascidos. Todavia, as Nações Unidas apontam a construção de hospitais, a formação quantitativa e qualitativa do pessoal médico e outros apoios aos serviços de saúde, entre outras medidas, como a via para a redução da mortalidade infantil.

A esperança de vida, por sua vez, é também um fator que merece atenção especial. Atualmente, a esperança de vida na Europa anda em torno dos 77,1 anos, contra os 50 anos de expectativa de vida para o angolano.

Esta diferença, da ordem de 28 anos pode, à primeira vista, parecer pouca. Todavia, como estamos a comparar idades de pessoas, que têm um limitador de tempo relativamente próximo às médias acima apresentadas, a distância é muito grande.

Por questões de natureza biológica a Europa está próximo, já há muito tempo, de um máximo que não poderá mais ser ultrapassado, enquanto que a Angola ainda resta um longo caminho a ser percorrido neste indicador.

Há disponível pouca informação sobre saúde reprodutiva devido às insuficiências do sistema de informação de saúde, da ausência de pesquisas sociodemográficas e de periodicidade regular. Todavia, os dados apresentados não podem ser considerados como representativos da realidade do país. Existem estudos que fornecem indicadores sobre mortalidade materna em algumas maternidades de Luanda, mas tão pouco fornecem indicadores válidos por não considerarem o período total de gestação e de pós-parto. Contudo, os poucos dados disponíveis indicam haver taxas de mortalidade materna muito elevadas e que o acesso aos cuidados obstétricos é muito limitado.

### **2.3. Relações entre a educação e os níveis de desenvolvimento de um país**

Segundo Antão (2010:146), o desenvolvimento económico de um país passa necessariamente por haver cidadãos com bons níveis de rendimento ou uma população cujo salário real derivado do trabalho da sua atividade de produção é bom, porquanto o cidadão pelo salário que auferir é capaz de satisfazer as suas necessidades básicas, tais como necessidades de uma habitação, alimentação e sobretudo pelo facto destes rendimentos serem distribuídos à sua população de forma proporcional, passa também por facilidades de acesso na educação, por dispor de serviços de saúde e cuidados médicos, por haver cidadãos com níveis elevados de formação no tocante ao ensino

técnico ou profissional, por possuir cidadãos educados do ponto de vista moral e cívico, o que resulta obviamente em ter uma população que enaltece o seu padrão cultural como valor assente na educação dos seus cidadãos.

O desenvolvimento económico de um país passa também por possuir meios de produção usados nos procedimentos produtivos, por existir internamente capital humano e material suficiente, levando o país a uma quase inexistência de uma dependência externa, bem como ter uma população que cresce de forma controlada, ou seja existir uma política em torno das taxas de natalidade e crescimento da sua população, por investir numa economia formalmente orientada, onde é feito todo um conjunto de estudos sobre o que produzem os cidadãos do país no tocante às atividades económicas circunscritas na satisfação das necessidades coletivas do homem.

Segundo Antão (2010: 146), o desenvolvimento económico de um país passa por investir na formação da mão de obra com elevada consideração, sendo o homem o sujeito mais importante no processo produtivo.

Esta abordagem relativa às várias fases pelo qual passa o desenvolvimento económico de um país, de facto, impede qualquer pressuposto teórico negar a existência de uma relação diretamente proporcional entre o desenvolvimento de um país e a educação, se entendermos educação como sendo um instrumento associado ao indivíduo, dotando-o de oportunidades e sobretudo de capacidades produtoras, fornecendo-lhe condições intelectuais de manuseio racional de tecnologia, o que como consequência cria riqueza, o que certamente os países procuram alcançar incondicionalmente a todo o custo.

Os países continuarão pobres enquanto mudanças no tocante à educação não forem operadas de maneira profunda. Isto significa que enquanto o homem continuar a ser visto como um instrumento de trabalho e não como sujeito do desenvolvimento de qualquer país, não surgirão eventualmente tendências no sentido de uma valorização da educação, vendo-a como factor de incremento no domínio da produção de bens de utilidade para o país.

O homem deve ser ensinado a ter a capacidade de produzir para cuidar do seu próprio mantimento físico e pelo suor do seu trabalho auto sustentar-se, evitando para ele e para gerações futuras a pobreza extrema e a fome.

Nestas reflexões, parece realçado o facto de se esperar que a educação se relacione positivamente com o nível de riqueza de um país, medido por um indicador económico como o PIB, assim como com um nível de vida, medido por um indicador de

saúde, como a esperança de vida. Deste modo, e como já referimos, relaciona-se com naturalidade um país mais desenvolvido a um que disponha de um maior nível de educação.

#### **2.4. Importância da educação para o desenvolvimento de um país**

Qualquer cidadão tem o direito a um salário aceitável que passa necessariamente pela realização de uma atividade laboral sendo merecedor de um rendimento que lhe proporcione dignidade social como indivíduo. O cidadão precisa antes ter um país desenvolvido para que se garanta esse direito a um emprego e conseqüentemente dele prover o rendimento necessário e suficiente para a sua realização pessoal assim como coletiva.

O desenvolvimento económico de um país é condição necessária e suficiente para que o seu cidadão desempenhe de forma quantitativa e qualitativamente a sua aptidão física e intelectual, uma vez que a qualificação do trabalho é produto de uma mão de obra de elevada formação profissional adequada e atualizada. Neste sentido, realça-se de facto o papel que deve ser desempenhado pela Educação no tocante à profissionalização do indivíduo, fornecendo a este mesmo indivíduo ferramentas que lhe permitam enfrentar sem receio qualquer atividade produtiva de acordo ao mundo exigente do mercado.

- O capital humano e técnico de qualquer país
- Os valores democráticos do cidadão
- A redução dos níveis de pobreza e de desigualdade social de qualquer país
- A tomada de consciência sobre direitos e deveres a que está sujeito um cidadão
- Os serviços de saúde e médicos
- A compreensão do meio que nos rodeia
- A conservação do meio ambiente para prover sustentabilidade para gerações futuras
- A independência do país relativa a políticas de crescimento económico, ou seja, a não dependência externa do país no que toca à planificação e execução de projectos de desenvolvimento económico, e

- Os estudos ligados aos indicadores económicos, sócio culturais bem como os indicadores políticos de qualquer país, resultam sem dúvida por existir uma consciência de cidadania circunscrita nos valores e assente num sistema educacional como fundamento para o alcance de qualquer processo de desenvolvimento económico.

A educação é sem menor dúvida a variável mais importante no processo de desenvolvimento de qualquer país, pois interage de maneira profunda com todas as áreas da vida dos indivíduos. Portanto, os impactos derivados da educação no processo de desenvolvimento de qualquer país são tão extensos quanto profundos.

## **2.5. Visão do banco mundial e da unesco quanto ao papel da educação no desenvolvimento de um país**

Depois da segunda guerra mundial, e como consequência dela, os países viram direta ou indiretamente afectadas e em muitos casos destruídas as suas economias e os níveis de empobrecimento das suas populações agravaram-se.

Nesta árdua batalha dos países em busca do desenvolvimento económico e sustentável para as suas populações, alguns países, uma vez alcançado o desenvolvimento etendo atingido níveis de enriquecimento assinaláveis, compreenderam a necessidade de se relacionarem uns com os outros, fruto das trocas comerciais entre nações e viram a incontornável necessidade de prestar ajuda aos países mais pobres. Todo este esforço, na perspectiva da reconstrução e de ver as nações cada vez mais desenvolvidas, passou a ser o centro das atenções do Banco Mundial, contribuindo assim de modo geral para a diminuição dos níveis de pobreza de determinadas nações. É por esta razão que, como consequência da segunda guerra mundial e dado o nível de destruição causado, John Maynard Keynes viu a necessidade de se criar em 1944 um banco de dimensão internacional que injetasse financiamentos nas questões de natureza económica com fins de reconstrução e de desenvolvimento (Marquez, 2006: 38). Surgiu assim uma preocupação geral e o reconhecimento das questões do desenvolvimento mundial das nações.

Como as questões sociais, como a educação e a saúde, sempre estiveram associadas ao desenvolvimento das nações, para o Banco Mundial os investimentos nestes setores da vida passariam na década de setenta do século vinte a ser vistos como prioritários. Nesta época, o Banco Mundial, percebendo a importantíssima função da

educação na redução da pobreza e para o desenvolvimento de qualquer país, passou a aumentar significativamente os investimentos para o setor social, sobretudo no setor da educação, na saúde e na agricultura. De acordo com a abordagem feita por Marquez (2006: 68), o banco tinha em vista aliviar a pobreza dos povos, pois já era nesta época consensual o reconhecimento do pensamento que qualificava a pobreza como a maior ameaça para as economias mundiais e que aquela era inversamente proporcional ao desenvolvimento económico das nações. Tal como ficou demonstrado no relatório do Banco Mundial (2001: 11), “*se houver um grande empenho no sentido de melhorar a educação, haverá também uma redução significativa da pobreza [...] especialmente se for possível melhorar a focalização dos recursos*”. Ficou claramente revelada, dessa forma, a importância da educação como uma ferramenta indiscutível no alívio da pobreza. Portanto, investir na educação do homem é condição necessária e suficiente para retirá-lo da pobreza e obviamente proporciona impulsos de desenvolvimento económico às nações, criando também para as suas populações condições básicas para o exercício dos seus deveres e direitos de cidadania.

Um ano depois da criação do Banco Mundial, isto é, em 1945, segundo Mascarenhas (2011), as Nações Unidas, preocupadas com as questões relativas a um estado de tranquilidade e de quietude bem como a segurança das suas populações que passaria certamente pelo profundo desejo de ver melhorada toda a situação educacional do mundo, criaram a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), uma agência especialmente orientada para as questões da educação, ciência e cultura, com presença em 112 países.

Os fundamentos desta organização, consubstanciam-se em metas como a:

- Construção de escolas;
- Preocupações no âmbito da Formação de professores;
- Apetrechamento das escolas de equipamentos para o seu normal funcionamento por via de donativos;
- Redução do número da população que não sabe ler nem escrever no mundo;
- Valorização do mosaico cultural das populações;
- Liberdade de opinião, ou seja, garantir que as populações a nível mundial manifestem de forma livre, opiniões, ideias e pensamentos.

Todavia, a educação de qualidade para todos, define o principal objetivo desta organização internacional, tal como ficou demonstrado no Fórum Mundial da Educação de Dakar (Senegal), em abril de 2000.

Deste modo, e no sentido de se alcançarem estes objetivos, aquele fórum mundial orientou a comunidade internacional, a sociedade civil e as instituições nacionais para assumirem e congregarem esforços para que os recursos financeiros e humanos não se afigurassem como um impedimento, procurando atingir um conjunto de seis objetivos essenciais, até ao ano de 2015 (UNESCO, CONSED, 2001).

Estes objetivos no caso concreto de Angola não foram alcançados na sua plenitude, pois:

Para o objetivo nº1 (Desenvolver e melhorar em todos os aspetos a proteção e a educação de infância, nomeadamente das crianças mais vulneráveis e desfavorecidas), segundo dados fornecidos pelo Ministério da Educação em setembro de 2014, revelam ter havido até ao ano de 2012, em todo país 67 centros públicos de atendimentos à primeira infância, 97 centros privados de atendimento à primeira infância e 334 centros de atendimento à primeira infância comunitários. É, porém, de realçar a ausência de todos estes serviços de atendimento à primeira infância nas zonas rurais, estando estes serviços de educação da primeira infância presentes apenas nas áreas urbanas e periurbanas.

Relativamente ao objetivo nº2 (Proceder de modo que até 2015, todas as crianças, em particular as do sexo feminino, as crianças em dificuldade e as que pertencem a minorias étnicas, tenham possibilidade de aceder a um ensino primário obrigatório e gratuito, de qualidade, e o poderem seguir até ao fim), verificou-se de facto algum aumento quantitativo em termos de escolas e conseqüentemente de salas de aulas, o que levou a um aumento do pessoal docente neste período. Porém, deixando de lado a componente qualitativa do ensino pois, segundo o Relatório de Avaliação de 2011, esta obrigatoriedade e gratuidade de ensino levou a que o rácio aluno/turma aumentasse de forma significativa pondo em causa obviamente a qualidade de ensino que se pretende. De acordo com o IBEP, em 2009, havia uma taxa de frequência líquida do ensino primário estimada em 76,3%, calculando-se ter havido menos 23,7% da população em idade escolar encontrando-se fora da escola, sendo mais baixo ainda este acesso a escola nas áreas rurais. O acesso à escola, chegando a taxa líquida de frequência ao ensino primário a alcançar apenas 66,8%, não havendo, porém, diferenças

significativas entre o acesso à escola quer por parte de meninas e de rapazes, todavia, são os rapazes que representam o maior número que tem acesso à escola primária.

Relativamente ao objetivo nº3 (Responder às necessidades educativas de todos os jovens e de todos os adultos, assegurando o acesso equitativo a programas adequados, tendo por objetivo a aquisição de conhecimentos, assim como de competências necessárias à vida quotidiana), refira-se que houve, de facto, alguma evolução em termos de aumento de salas de aulas no intervalo de 2002 a 2013, isto é, de 1225 salas de aulas em 2002 a 4686 salas de aulas de 2013 no I ciclo do ensino secundário. Porém, no II ciclo do ensino secundário esta evolução não foi proporcional à do I ciclo do ensino secundário, pois para o mesmo período de 2002 havia 551 salas de aulas no II ciclo contra 1225 do I ciclo, isto é, de forma dedutiva, havia 50% de salas a menos no II ciclo comparativamente ao I ciclo, enquanto que para o mesmo período de 2013, para 4686 salas de aulas do I ciclo havia apenas 2924 salas de aulas para o II ciclo.

A situação ainda se revela muito complexa para o ensino técnico profissional, pois o país todo contava apenas com 4 instituições de ensino técnico profissional em 2002, tendo este número evoluído para 97 instituições de ensino técnico profissional em 2013, o que obviamente representa muito pouco dadas as necessidades de inserção de uma mão de obra juvenil qualificada na vida ativa.

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), tutelado pelo Ministério da Administração Pública, no período de 2009 a 2011, frequentaram cursos de formação profissional menos de 10% da população com idades dos 12 anos a 17 anos, ou seja, uma população com necessidades de orientação profissional. Logo deste número percebe-se ter sido feito um esforço ínfimo, pois 48% daquela população é economicamente ativa. Sendo assim, este objetivo deve representar ainda um dos maiores desafios no domínio da formação.

Se atendermos à necessidade de prestarmos à população uma educação para todos, muito embora possam existir vários centros de formação profissional em todo país, ainda assim é necessário reconhecer que, sobretudo nesta área, o país não evoluiu de forma quantitativa e muito menos qualitativamente.

No tocante à equidade, segundo este mesmo estudo feito pelo INEFOP, Angola possui uma das mais baixas taxas de participação líquida em toda região da África Austral, pois a taxa de frequência do ensino secundário não chega a ultrapassar os

20,6%, o que de forma análitica leva a que cerca de 80% das crianças que concluem o ensino primário não possam continuar para o ensino secundário.

Relativamente ao objetivo nº4 (Melhorar em 50% os níveis de alfabetização dos adultos, nomeadamente das mulheres, até 2015, e assegurar a todos os adultos o acesso equitativo a programas de educação básica e de educação permanente), segundo o IBEP (2011), a taxa de frequência do ensino secundário era muito baixa, estimando-se na época em apenas 18,9%, o que colocava mais de 60% das crianças que concluíam o ensino primário fora do sistema do ensino secundário. Estima-se haver em Angola um atraso escolar na ordem de 58,5%, ou seja, esta população de crianças e jovens na faixa etária dos 12 aos 17 anos não se encontram integrados de forma adequada na rede escolar, cumprindo programas de ensino correspondentes a sua idade. O mesmo estudo aponta para cerca de 2 milhões de pessoas em Angola como estando atrasadas escolarmente.

Deste modo importa realçar o facto deste grupo não estar a beneficiar de programas de formação profissional, possuindo obviamente necessidades educativas diferentes, relacionadas, sobretudo com a necessidade de formação profissional. Sendo assim este grupo necessita de uma oferta de aceleração escolar que é de longe insuficiente e de alternativas de profissionalização e emprego que também são reconhecidamente insuficientes. Daí concluir-se não ter sido alcançado este objetivo até ao ano de 2015.

Relativamente ao objetivo nº5 (Eliminar as disparidades entre sexos nos ensinos primário e secundário até 2005 e instaurar a igualdade nesse domínio até 2015, procurando garantir às raparigas um acesso equitativo e sem restrições a uma educação básica de qualidade com as mesmas oportunidades de sucesso), nota-se que este objetivo também não se cumpriu na sua plenitude. Segundo o estudo, cerca de 39,9% das meninas com 6 anos de idade continuam a frequentar a escola, enquanto que o valor para os meninos da mesma idade é de 45,2%, isto é, a percentagem continua a ser maior para os meninos em comparação com as meninas, tudo por causa de alguns aspectos culturais que exercem uma influência negativa sobretudo nas meninas levando-as a terem poucas motivações escolares. De realçar que esta diferença é mais acentuada nas zonas rurais, onde apenas 37% das meninas estudam com alguma frequência. Portanto, é necessário que se faça de facto um esforço no sentido de se diminuírem estas disparidades em termos de género no tocante ao acesso ao ensino. Esta disparidade também é invertida no I ciclo do ensino secundário, onde as mulheres aparecem com

46,8% contra 40,3%, enquanto para o II ciclo do ensino secundário a proporção é ainda maior, pois as mulheres surgem com 52,2% contra os 40,3% de homens.

A qualidade do ensino está agregada a outros fatores como a qualificação dos docentes – que neste caso é muito baixa se atendermos ao número reduzido de instituições de formação docente, ao nível académico dos docentes, à componente salarial dos docentes, às condições materiais em termos de infraestruturas das instituições nos quais o processo de ensino é desenvolvido, aos meios de ensino quase inexistentes nestes estabelecimentos de ensino e à ausência quase total de bibliotecas escolares.

Relativamente ao objetivo nº6 (Melhorar em todos os aspetos a qualidade da educação, visando a excelência, de forma a conseguir para todos, resultados de aprendizagem reconhecidos e quantificáveis, nomeadamente no que concerne à leitura; à escrita e ao cálculo e às competências indispensáveis para a vida quotidiana), realça-se que a questão da melhoria da qualidade de ensino visando o alcance da excelência é um longo caminho que Angola tem e deve percorrer, investindo seriamente no setor da educação quer no domínio das infraestruturas e sobretudo na valorização e qualificação do homem, pois os indicadores de desenvolvimento humano ainda continuam muito baixos no contexto nacional.

### **3. ANGOLA: SITUAÇÃO EDUCACIONAL**

#### **3.1 Breve caracterização do País**

Angola encontra-se situada ao sul do Equador, na costa ocidental da África Austral. Tem como países vizinhos: a República Popular do Congo e a República Democrática do Congo (antigo Zaire), ao norte; a República da Zâmbia, ao leste, e a República da Namíbia, ao sul. O país é banhado a oeste pelo Oceano Atlântico.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), os resultados preliminares do Censo 2014 mostram que a população residente em Angola em 16 de maio de 2014 (momento censitário), era de 24,3 milhões de habitantes, sendo 11,8 milhões do sexo masculino (48% da população total) e 12,5 milhões do sexo feminino (52% da população total).

Angola é um país com um número de mulheres mais elevado do que homens. O índice de masculinidade (rácio homens/mulheres) é de 94. Isto significa que existem 94 homens para cada 100 mulheres. Esta tendência é comum em todas as províncias, exceto para a província da Lunda Norte. Nesta província, o índice de masculinidade é de 106, isto é, existem 106 homens por cada 100 mulheres. A província com o índice de masculinidade mais baixo é a do Cunene, onde existem 88 homens por cada 100 mulheres.

A província de Luanda é a que apresenta o maior número de habitantes, com 6,5 milhões de residentes. A província do Bengo com 274.053 é a província onde residem menos pessoas.

Angola é um país vasto com uma superfície de 1 252 145 quilómetros quadrados, porém com uma densidade populacional de apenas 20 habitantes por quilómetro quadrado.

A sua população é majoritariamente negra e de origem Bantu. O território atual de Angola, outrora, fora dividido nos seguintes reinos: Congo, Ndongo, Bailundo, Kassanje, Matamba, Chiyaka, Ndulu e Chingolo. Atualmente, o país apresenta características étnico-linguísticas bem distintas (Brito, 2005): Umbundu, Kimbundu, Kikongo, Tchokwe e Kwanhama, distribuídas em 18 províncias:

- Cabinda: povos Fiote;
- Zaire e Uíge: povos Kikongo;

- Malanje, Kuanza-Norte, Bengo e Luanda: povos Kimbundu;
- Moxico, Lunda-Sul e Lunda-Norte: povos Tchokwe;
- Bié, Huambo, Kwanza-sul, Benguela, Lubango e Namíbe: povos Umbundu;
- Kuando Kubango: povos Ngangela;
- Cunene: povos Kwanhama.

Entre esses povos, existem pequenos subgrupos étnico-linguísticos, o que torna difícil delinear as suas fronteiras.

**Tabela 3:** População residente por província e área de residência, segundo o sexo e índice de masculinidade, em 2014

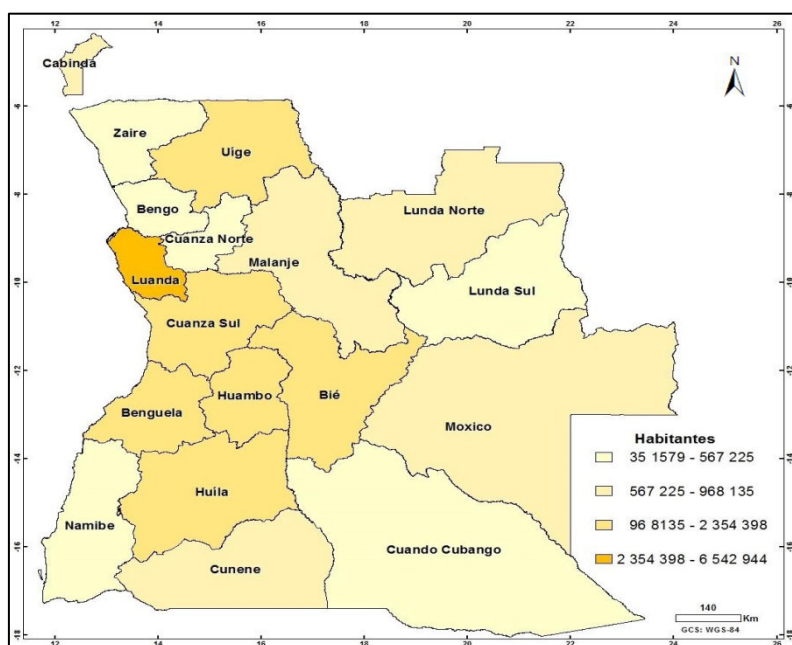
Província/Área de Residência	Total		Homens		Mulheres		Índice de Masculinidade
	N.º	%	Nº	%	Nº	%	
<b>Angola</b>	<b>24 383 301</b>	<b>100,0</b>	<b>11 803 488</b>	<b>100,0</b>	<b>12 579 813</b>	<b>100,0</b>	<b>93,8</b>
Urbana	15 182 898	62,3	7 373 503	62,5	7 809 395	62,1	94,4
Rural	9 200 403	37,7	4 429 985	37,5	4 770 418	37,9	92,9
<b>Províncias</b>							
Cabinda	688 285	2,8	337 068	2,9	351 217	2,8	96,0
Zaire	567 225	2,1	281 892	2,1	285 333	2,0	98,8
Uíge	1 426 354	5,9	698 958	5,9	727 396	5,8	96,1
Luanda	6 542 944	26,9	3 205 346	27,2	3 337 598	26,6	96,0
Cuanza Norte	427 971	1,8	208 933	1,8	219 038	1,7	95,4
Cuanza Sul	1 793 787	7,4	865 021	7,3	928 766	7,4	93,1
Malanje	968 135	4,0	471 788	4,0	496 347	4,0	95,1
Lunda Norte	799 950	3,3	411 030	3,5	388 920	3,1	105,7
Benguela	2 036 662	8,4	961 484	8,2	1 075 178	8,6	89,4
Huambo	1 896 147	7,8	899 690	7,6	99 6457	7,9	90,3
Bié	1 338 923	5,5	636 370	5,4	702 553	5,6	90,6
Moxico	727 594	3,0	353 986	3,0	373 608	3,0	94,7
Quando	510 369	2,1	247 983	2,1	262 386	2,1	94,5
Namibe	471 613	1,9	227 653	1,9	243 960	1,9	93,3
Huila	235 4398	9,7	1 117 342	9,5	1 237 056	9,9	90,3
Cunene	965 288	4,0	450 814	3,8	514 474	4,1	87,6
Lunda Sul	516 077	2,1	253 768	2,2	262 309	2,1	96,7
Bengo	351 579	1,4	174 362	1,5	177 217	1,4	98,4

Fonte: ine, rgph 2014, resultados preliminares.

A província de Luanda é a mais populosa, concentrando 27% da população do país. Seguem-se as províncias da Huíla, com 10%, Benguela e Huambo com 8%, Cuanza Sul 7%, Bié e Uíge com 6%. Estas 7 províncias concentram 72% do total da população residente no país.

A província do Bengo registou o menor número de residentes, com 1% da população do país. Seguem-se outras cinco províncias com uma população inferior a 3% da população nacional, nomeadamente, Cuanza Norte, Namibe, Zaire, Cuando Cubango e Lunda Sul. Estas seis províncias concentram apenas 11% da população nacional.

**Figura 1:** Distribuição da população residente, por província, em 2014



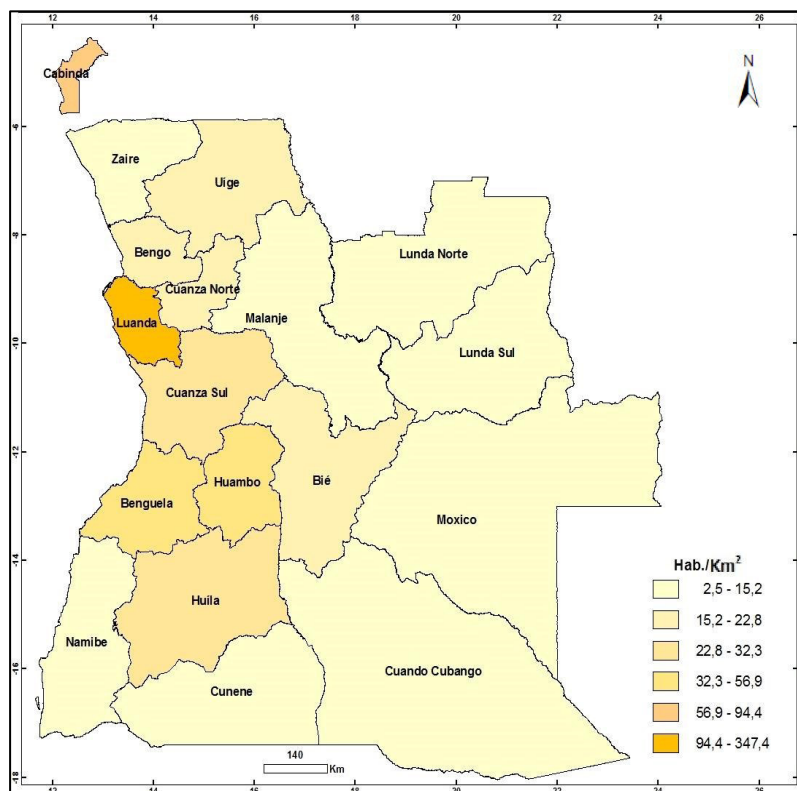
Fonte: ine, rgph 2014, resultados preliminares.

A Figura nº2 confirma que Luanda, além de ser a província com o maior número de habitantes (27% da população total), é igualmente a província com maior densidade populacional, registando 347 habitantes por quilómetro quadrado, apesar da sua pequena dimensão territorial (18.834 Km<sup>2</sup>).

No extremo oposto encontram-se duas províncias do Leste do país, nomeadamente, a província do Cuando Cubango com cerca de 3 habitantes por quilómetro quadrado, seguida pela província do Moxico com 4 habitantes por quilómetro quadrado. As três províncias que têm o maior número de habitantes não são as que apresentam maior densidade populacional, exceto Luanda. As províncias da

Huíla e Benguela em termos de distribuição populacional estão em segundo e terceiro lugar, contudo, em termos de densidade populacional são superadas por Cabinda e Huambo.

**Figura 2:** Densidade demográfica por província, em 2014



Fonte: ine, rgph 2014, resultados preliminares.

### 3.2 fases históricas sobre a educação em Angola

Angola conheceu várias fases na sua política educativa mas, neste estudo, vamos realçar o sistema educativo do período pós-independência, que estava estruturado da seguinte maneira:

- Ensino primário ou vulgarmente chamado por 1º nível, que consistia em cinco classes, isto é, desde a classe da iniciação até à quarta classe;
- Ensino secundário ou vulgarmente chamado por 2º nível, que consistia em duas classes de escolaridade, isto é, 5ª classe e 6ª classe;

- O terceiro nível, que consistia em duas classes de escolaridade, isto é, a 7ª classe e a 8ª classe. Neste nível também podíamos encontrar o 1º ano e o 2º ano de escolaridade do curso básico. Este curso básico proporcionava ao aluno a 8ª classe de habilitações literárias, bem como o curso básico de habilitações profissionais;
- O ensino médio que consistia em instituições do ensino pré-universitário, com três classes sendo a 9ª classe, a 10ª classe e a 11ª classe;
- O ensino médio industrial, que consistia em quatro classes, sendo a 9ª classe, 10ª classe, 11ª classe e a 12ª classe;
- O ensino médio normal de educação, que consistia em quatro classes, sendo a 9ª classe, 10ª classe, 11ª classe e a 12ª classe, mas este último voltado para a formação de professores.

Paralelamente a estes níveis de escolaridade havia também nesta fase da história da educação de Angola o programa extensivo da luta contra o analfabetismo, que consistia em inserir nos sistemas de ensino adultos que, por razões várias resultantes do conflito militar, não puderam ter a oportunidade de formar-se. Importa realçar que, em todas estes níveis de ensino, era garantida a sua gratuitidade. Neste período, obviamente, a qualidade de ensino era de certo modo muito baixa, em virtude de haver um número reduzido de professores, apesar de muitos deles ainda não possuírem agregação pedagógica, o que motivou ao governo angolano procurar no exterior outros acordos de parceria, visando preencher esta insuficiência de quadros. Daí vermos surgirem acordos com a República de Cuba, bem como ter havido neste período, e dada a exiguidade de meios nos mais variados domínios, um número reduzido de infraestruturas educacionais.

O subsistema do ensino superior, neste período, contava apenas com uma Universidade (Universidade Agostinho Neto), presente em sete (7) das dezoito (18) províncias de Angola, sendo: Luanda, Huambo, Huíla, Benguela, Uíge, Cabinda e Kwanza-Sul. Funcionava em faculdades, cujos planos curriculares tinham o tempo de duração de quatro a cinco anos de escolaridade, dependendo dos cursos adoptados, funcionando nestes cursos até ao ano de 2007, trinta e um (31) cursos de licenciatura. Naturalmente, havia uma população muito elevada de alunos que, uma vez concluído o ensino médio, ficavam sem a possibilidade de poder dar seguimento à sua formação

fruto desta baixa representatividade da universidade em todo o território nacional. Daí haver no ano letivo de 2001/2002 uma população académica de 9.129 estudantes, atendidos por 869 docentes e 1.129 funcionários, entre técnicos e pessoal administrativo, adicionando outros 2.000 estudantes, matriculados nas primeiras universidades privadas: a Universidade Católica de Angola e a Universidade Lusíada de Angola – criadas ambas no ano de 1999 – e a Universidade Jean Piaget de Angola.

Com o alcance da paz em 2002, visando a melhoria, eficácia, equidade e expansão de qualidade de ensino em Angola, e assente na lei de base 13/01 de 31 de dezembro, o governo de Angola começa com a implementação experimental da reforma educativa que está estruturada da seguinte maneira:

- Ensino primário, que contrariamente ao sistema anterior, passa a ter seis (6) classes, sendo: 1ª classe, 2ª classe, 3ª classe, 4ª classe, 5ª classe e a 6ª classe.
- Uma vez concluída a 6ª classe, o aluno tem duas possibilidades de escolha: primeiro ciclo do ensino secundário, habilitando o aluno às classes da 7ª classe, 8ª classe e a 9ª classe; ou, nível II do ensino técnico profissional, habilitando o aluno às classes da 7ª classe, 8ª classe e 9ª classe, porém com a diferença de proporcionar ao aluno não só habilitações literárias assim como também uma formação básica profissional que o prepara para o mercado de trabalho.

Quer seja seguido o primeiro ciclo do ensino secundário, ou o nível II do ensino secundário, habilitam o aluno ao:

- Segundo ciclo do ensino secundário, compreendendo as classes da 10ª classe, 11ª classe, 12ª classe. É neste nível de ensino onde podemos encontrar a formação geral e a formação de professores, incluindo os magistérios primários; ou, o nível III do ensino médio técnico profissional, compreendendo as classes da 10ª classe, 11ª classe, 12ª classe, porém à semelhança do nível II, o nível III do ensino médio técnico profissional para além da componente literária que proporciona ao aluno, também cuida de prepará-lo para o mercado de trabalho com a formação média técnica.

Uma vez concluído o segundo ciclo do ensino secundário, tanto o de formação geral como o da formação média técnica, dão ao aluno a possibilidade de prosseguir com estudos a nível da formação superior que passa já nesta fase depois do alcance da paz a contar com sete regiões académicas distribuídas pelo território nacional, tais como:

1. Universidade Agostinho Neto (UAN), que corresponde às províncias de Luanda e Bengo, com as seguintes instituições de ensino superior:
  - a. Laboratório de Engenharia da Separação, Reação Química e Ambiente.
  - b. Faculdade de Ciências
  - c. Faculdade de Medicina
  - d. Faculdade de Direito
  - e. Faculdade de Engenharia
  - f. Faculdade de Letras
  - g. Faculdade de Economia
  - h. Instituto Superior de Ciências da Saúde
  - i. Centro de Botânica, Centro de Recursos Filogenéticos
  
2. Universidade Katyavala Buila (UKB), que corresponde às províncias de Benguela e Kuanza Sul, com as seguintes instituições de ensino superior:
  - a. Faculdade de Direito
  - b. Faculdade de Economia
  - c. Faculdade de Medicina
  - d. Instituto Superior Politécnico
  - e. Instituto Superior de Ciências de Educação
  
3. Universidade Onze de Novembro (UON), que corresponde às províncias de Cabinda e Zaire.
  
4. Universidade Luiji A'Nkonde (ULAN), que corresponde às províncias de Malanje, Lunda Norte e Lunda Sul, com as seguintes instituições de ensino superior:
  - a. Faculdade de Direito
  - b. Faculdade de Economia do Dundo
  - c. Faculdade de Medicina de Malanje

5. Universidade José Eduardo dos Santos (UJES), que corresponde às províncias de Huambo, Bié e Moxico, com as seguintes instituições de ensino superior:
  - a. Faculdade de Direito do Huambo
  - b. Faculdade de Economia do Huambo
  - c. Faculdade de Ciências Agrárias do Huambo
  - d. Faculdade de Medicina do Huambo
  - e. Faculdade de Medicina Veterinária do Huambo
  - f. Instituto Superior Politécnico do Huambo
  - g. Escola Superior Politécnica do Bié
  - h. Escola Superior Politécnica do Moxico
  
6. Universidade Mandume Ya Ndemufayo (UMN), que corresponde às províncias de Namibe, Huila, Cunene e Kuando Kubango, com diversas instituições de ensino superior.
  
7. Universidade Kimpa Vita (UKV), que corresponde às províncias do Uíge e Kwanza Norte, com as seguintes instituições de ensino superior:
  - a. Faculdade de Direito do Uíge
  - b. Escola Superior Politécnica do Uíge
  - c. Escola Superior Politécnica do Kwanza Norte

### **3.2 Investimentos no setor da educação**

Apesar de todos os esforços relativos ao investimento no sector da educação e se entendermos que todos os problemas levantados no passado, presente e aqueles que certamente levantar-se-ão no futuro que clamam por uma solução, sem a menor dúvida essa solução passa pela educação das populações.

Se analisarmos de maneira muito profunda os níveis de desenvolvimento humano que Angola alcançou nos últimos anos, que se refletem obviamente nos vários indicadores de qualidade de vida dos angolanos entende-se que, embora tenha havido algum investimento a nível do setor da educação, esses investimentos são extremamente reduzidos, se comparados com investimentos alocados ao setor da educação nos orçamentos dos países da SADC. Para além do orçamento atribuído à educação ser muito abaixo do recomendado mundialmente pela UNESCO, que deve variar entre 15%

a 20%. Portanto, de acordo com a tabela abaixo vemos claramente que os investimentos no setor da educação em Angola durante muito tempo não são tidos como prioritários.

**Tabela 4:** Variação do orçamento geral do estado afeto a educação entre 2000 a 2014

Anos	% do Orçamento Geral do Estado
2000	5,8
2001	5,06
2002	5,19
2003	6,24
2004	10,47
2005	7,14
2006	3,82
2007	5,61
2008	7,91
2009	7,91
2010	8,1
2011	8,18
2012	8,37
2013	8,3
2014	6,16

FONTE: MED, 2014

A tabela acima revela que, para além dos valores estarem muito abaixo dos valores recomendados pela UNESCO, ainda assim vemos claramente que não houve ao longo destes anos alguma tendência no sentido ascendente. Verifica-se uma variação, que fez registar em 2006 a mais baixa alocação orçamental de recursos afetos ao setor da educação, que rondou os 3,82%, enquanto a mais alta despesa com a educação em termos de orçamento registou-se no ano de 2004, a rondar os 10,46%, valores médios baixos se comparados com a média recomendada pela UNESCO que deve variar entre 15% a 20%.

É responsabilidade do Ministério da Educação e do Ministério da Assistência e Reinserção Social a prestação de cuidados e educação à primeira infância, segundo estabelece a Lei nº 13/2001 (Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino).

De acordo com os dados obtidos da Direcção Provincial da Educação, relativos à distribuição da população estudantil angolana, consequência dos últimos dados

preliminares obtidos do censo realizado em 2014, apenas 12% da população com idade compreendida entre os zero e os dois anos são atendidas educativamente em todo o país, 7,3% da população angolana com idade compreendida entre 3 a 4 anos está inserida em instituições de atendimento à primeira infância, 3,4% da população angolana com idade igual a 5 anos encontra-se matriculada na classe de iniciação. Portanto, apenas 22,8% da população angolana com idade pré-escolar, isto é dos 0 a 5 anos, está a ser atendida educativamente em todo o país.

A província do Bengo é a que apresenta menor população em idade pré-escolar, com cerca de 80.230 crianças num universo de 5.564.269, o que corresponde a 1,4% de toda a população nacional em idade pré-escolar, enquanto a província de Luanda apresenta obviamente o maior número de crianças com idade pré-escolar em todo o país, sendo atendidas educativamente 1.493.100 crianças, o que faz certamente de Luanda a província com o maior número de instituições de atendimento educativo de crianças em idade pré-escolar, justamente consequência de uma maioria esmagadora da população angolana residir em Luanda.

**Tabela 5:** População estudantil angolana no pré-escolar

RESULTADOS PRELIMINARES DO CENSO REALIZADO EM 2014	Masculino	11.803.488 (48,4%)
	Feminino	12.579.813 (51,6%)
	TOTAL	24.383.301 (100%)
ATENDIMENTO EDUCATIVO (0-2 ANOS)	M	1.456.668 (12,3%)
	F	1.505.678 (12,0%)
	TOTAL	2.963.303 (12,2%)
PRIMEIRA INFÂNCIA (3-4 ANOS)	M	869.209 (7,4%)
	F	901.469 (7,2%)
	TOTAL	1.771.203 (7,3%)
INICIAÇÃO (5 ANOS)	M	406.866 (3,4%)
	F	422.808 (3,4%)
	TOTAL	829.764 (3,4%)
TOTAL PRÉ-ESCOLAR (0-5 ANOS)	M	2.732.744 (23,2%)
	F	2.829.955 (22,5%)
	TOTAL	2.829.955 (22,8%)

FONTE: DPECT

**Tabela 6:** População estudantil angolana no ensino primário

ENSINO PRIMÁRIO	Total	4.264.489
TAXA BRUTA DE MATRÍCULA	Total	99,1%
NÚMERO DE ESCOLAS	Total	10.383
	Rácio aluno/escola	486
NÚMERO DE SALAS DE AULAS	Total	49970
	Rácio aluno/sala	110
PROFESSORES	Total	86.544
	Com formação pedagógica	65.108
	Sem formação pedagógica	21.436
TAXA DE ABANDONO	2ªCLASSE	11,5%
	4ªCLASSE	10,5%
	6ªCLASSE	13,4%
TAXA DE APROVAÇÃO	2ªCLASSE	67,1%
	4ªCLASSE	65,8%
	6ªCLASSE	65,9%
TAXA DE REPROVAÇÃO	2ªCLASSE	21,4%
	4ªCLASSE	23,3%
	6ªCLASSE	20,7%
TAXA DE REPETÊNCIA	2ªCLASSE	18,4%
	4ªCLASSE	10,5%
	6ªCLASSE	13,4%
TAXA DE CONCLUSÃO	TOTAL	67,9%

FONTE: DPECT

**Tabela 7:** População estudantil angolana no 1º ciclo do ensino secundário

1º CICLO	Total de alunos	900.947
TAXA BRUTA DE MATRÍCULA	Total	51,4%
NÚMERO DE SALAS DE AULAS	Total	3641
	Rácio aluno/sala	138
PROFESSORES	Total	39097
	Com formação pedagógica	33661
	Sem formação pedagógica	5436
TAXA DE ABANDONO	9ªclasse	15,5%
TAXA DE APROVAÇÃO	9ªclasse	65,7%
TAXA DE REPROVAÇÃO	9ªclasse	18,9%
TAXA DE REPETÊNCIA	9ªclasse	20,2%
TAXA DE CONCLUSÃO	Total	32,1%

FONTE: DPECT

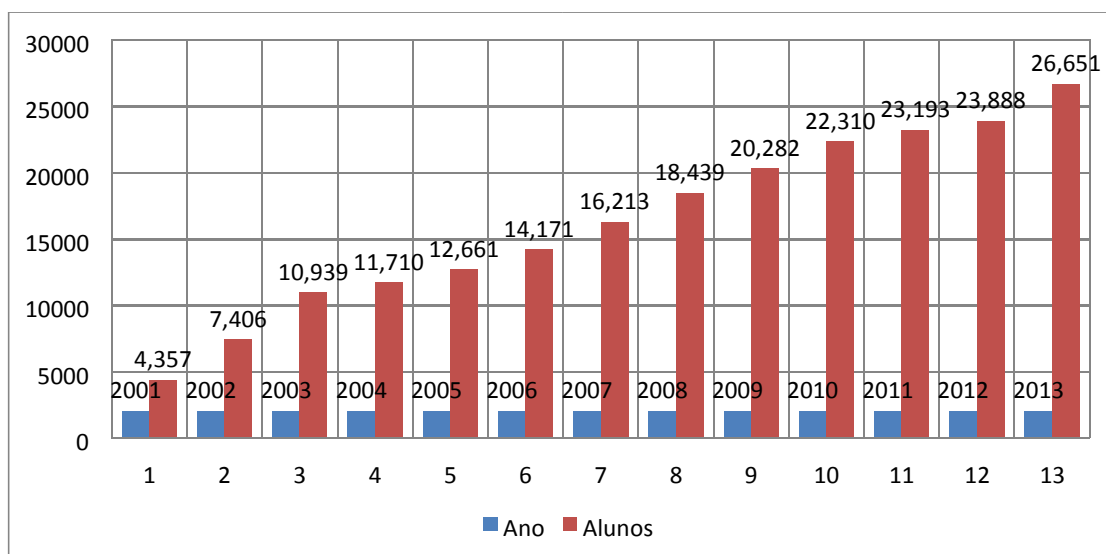
**Tabela 8:** População estudantil angolana no 2º ciclo do ensino secundário

2º CICLO	Total de alunos	194812
TAXA BRUTA DE MATRÍCULA	Total	23,0%
NÚMERO DE SALAS DE AULAS	Total	1776
	Rácio aluno/sala	66
PROFESSORES	Total	8754
	Com formação pedagógica	7113
	Sem formação pedagógica	1641
TAXA DE ABANDONO	12ªclasse	7,3%
TAXA DE APROVAÇÃO	12ªclasse	76,5%
TAXA DE REPROVAÇÃO	12ªclasse	16,5%
TAXA DE REPETÊNCIA	12ªclasse	13,9%
TAXA DE CONCLUSÃO	Total	5,8%

FONTE: DPECT

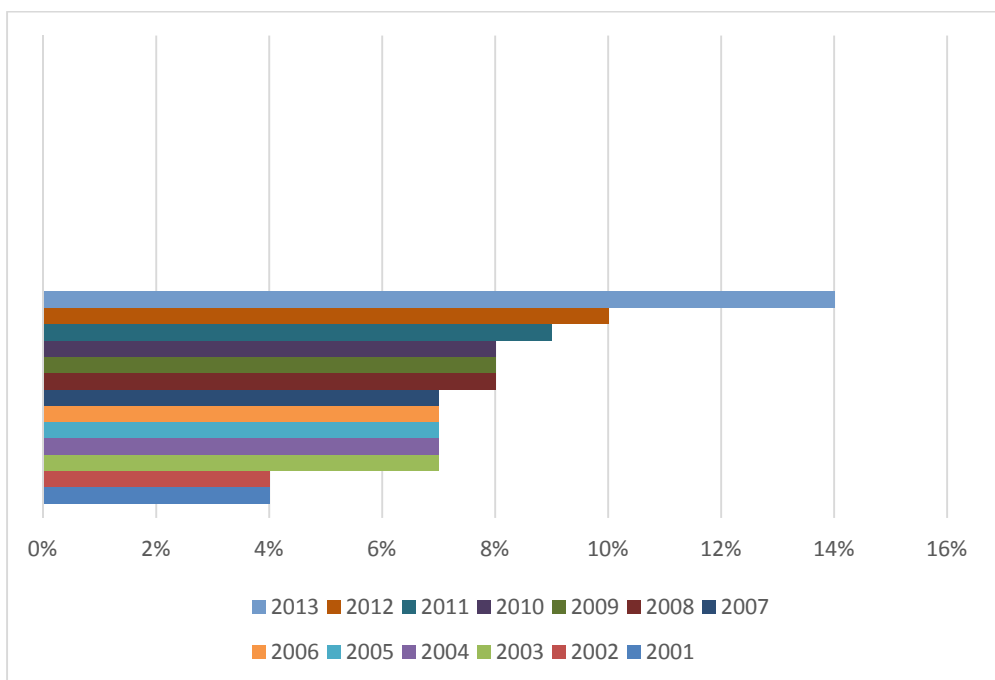
Das 102.764 crianças que beneficiaram dos serviços de atendimento à educação da primeira infância, no ano de 2012, cerca de 62.297 destas crianças, o que equivale a 61%, foram atendidos pelos centros infantis comunitários. Importa realçar que os centros infantis comunitários são aqueles centros concebidos para atender as crianças mais desfavorecidas do país. Todavia, o nível de acomodação destas crianças e as condições em termos de rácio criança/educadora são em muitos casos deveras preocupantes. Também se destaca alguma tendência de investimentos privados nas áreas de atendimento à educação à primeira infância, com uma média de 23%, enquanto 16% destes serviços de atendimento a educação da primeira infância cabem aos centros infantis públicos. Portanto, vemos ainda assim que os investimentos dirigidos ao atendimento à educação da primeira infância são de longe muito baixos se atendermos à recomendação da UNESCO que orienta a expansão e a melhoria em todos os aspectos, cuidados e educação na primeira infância, especialmente para as crianças mais vulneráveis e desfavorecidas, garantindo em todo esse sistema a boa qualidade, gratuidade e a obrigatoriedade ao acesso a uma educação primária.

**Gráfico 2:** Evolução dos alunos do ensino primário e secundário no ensino especial



Observou-se uma expansão do número de escolas e de salas de aulas, visando certamente a promoção de um ensino primário gratuito e de boa qualidade para todas as crianças, reduzindo o rácio aluno/turma, o que naturalmente provocou também um aumento no número de alunos do ensino primário neste período. Mas, noutros casos, de acordo aos dados constantes do relatório de monitorização sobre educação para todos realizado pelo Ministério da educação em 2014, a obrigatoriedade de acolher os alunos levou ao aumento do rácio aluno/turma (Relatório de Avaliação, 2011) Houve também de facto alguma evolução na expansão do ensino primário no período 2001-2013, de acordo com o gráfico acima apresentado fruto, obviamente, do incremento na construção de infraestruturas, no aumento do número de professores e alunos, tendo permitido o crescimento dos indicadores sobre o acesso ao ensino.

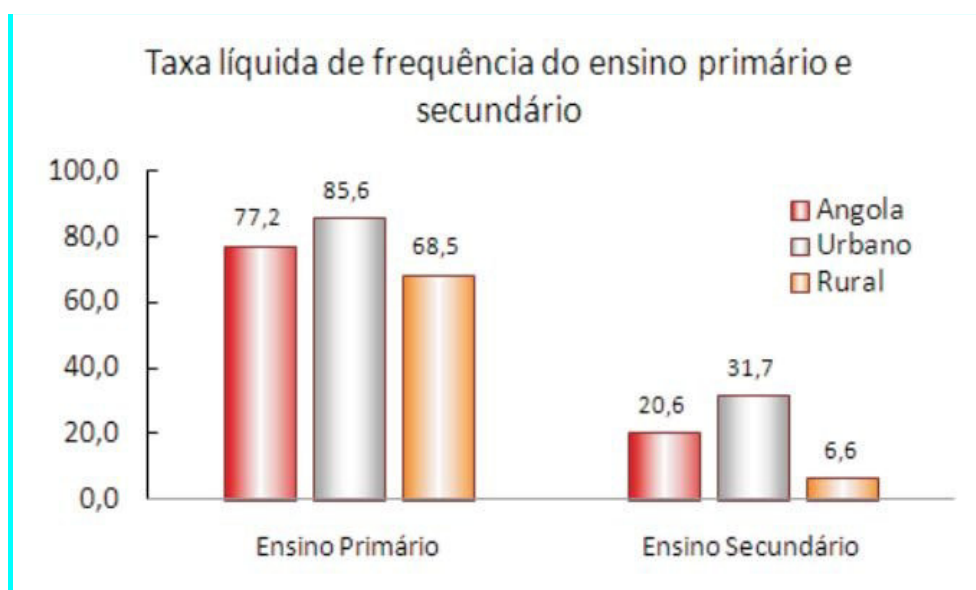
**Gráfico 3:** Evolução do corpo docente (taxas de crescimento anuais)



FONTE: MED, setembro de 2014.

A expansão em termos de número de salas de aulas no período compreendido entre 2001 e 2013 proporcionou condições para o crescimento em termos quantitativos do corpo docente, tal como se ilustra no gráfico acima.

**Gráfico 4:** Taxa líquida de frequência do ensino primário e secundário



FONTE: IBEP, 2011

De acordo com dados do IBEP, registou-se uma taxa de frequência líquida do ensino primário estimada em 77,2% (segundo o Gráfico nº 4). Logo, há cerca de 22,8% da população em idade escolar que se encontra fora do sistema escolar de ensino, havendo ainda assim um número relativamente baixo de acesso à escola nas zonas rurais, calculando-se nestas zonas uma taxa líquida de frequência de 68,5%.

A diferença de acesso ao ensino no tocante ao género não é considerável, sendo esta diferença ligeiramente menor. Porém, um maior número de rapazes é que tem acesso à escola primária.

O número de crianças que procuram frequentar a escola aumentou, tendo quase que triplicado desde 2001. Porém, o acesso ao ensino continua a ser uma grande preocupação, especialmente para algumas crianças vulneráveis assim como devido a problemas ligados ao acesso às zonas remotas.

Segundo os dados observados na tabela abaixo, existe uma elevada taxa de abandono escolar. Os dados do Ministério da Educação, uma vez analisados outros indicadores de educação, estimam que 20% da população com 6 ou mais anos de idade nunca frequentou a escola. A percentagem das crianças numa faixa etária de 6-9 anos que nunca frequentaram a escola é preocupante, com valores de cerca de 26%, sendo a distância das escolas relativamente às suas zonas de residência uma das causas de realce, o que de certo modo teria sido ultrapassado caso se construíssem mais escolas junto das comunidades.

O estudo revela também e de forma preocupante haver mais de 50% de angolanos com idade igual ou superior a 50 anos que nunca puderam frequentar uma escola, sendo a guerra e a ausência de escolas a razão principal. Como se não bastasse, acresce-se a este facto preocupante o nível de retenção das crianças nas escolas que é muito baixo, fazendo com que mais de 60% das crianças que concluem o ensino primário não dão seguimento dos seus estudos no ensino secundário, o que provoca a existência de um elevado número de crianças fora do sistema escolar.

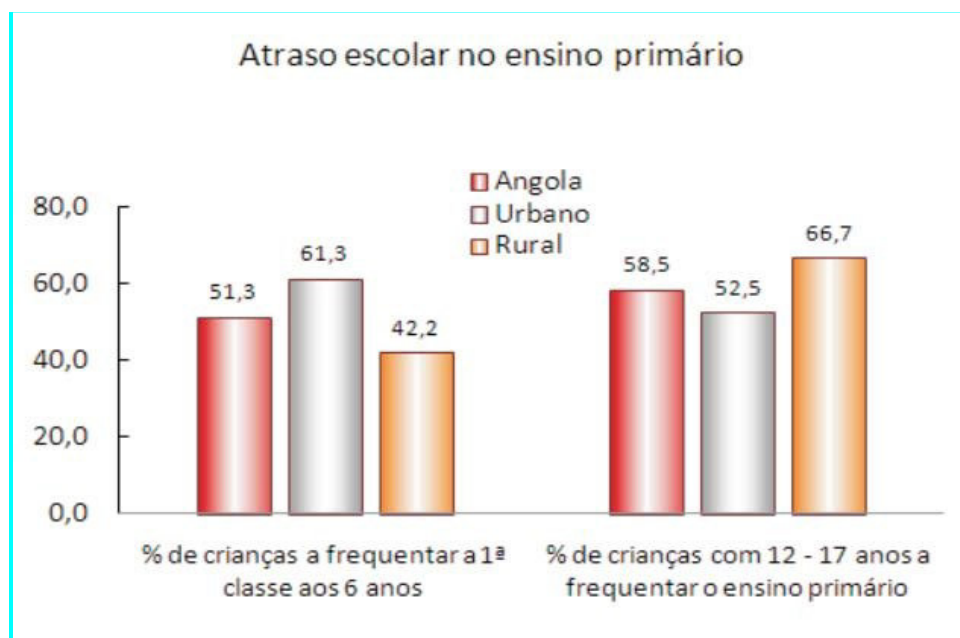
Em 2012, para o ensino primário haviam sido matriculadas cerca de 5.022.144 crianças, segundo os dados do Ministério da Educação. Do ponto de vista estatístico, ao analisarem-se estes dados importa repensar na interpretação dos referidos dados estatísticos, bem como no sistema de organização do ensino primário, que inclui também crianças e jovens com atraso escolar (ou seja, crianças que não estejam na faixa etária dos 6-12 anos correspondente ao ensino primário). Estima-se haver apenas

3.369.245 crianças que se encontram na faixa etária dos 6 aos 12 anos, de acordo com o IBEP.

Acima de dois milhões de crianças ainda continuam a frequentar o ensino primário, fruto das elevadas taxas de atraso escolar. Ou seja, esta população de crianças que continuam a frequentar o ensino primário já não se encontra em idade de frequentar esse grau de ensino. Logo, a análise deste facto leva a que se reconheça a existência deste grande problema por ocasião de formulação de políticas voltadas ao setor da educação (Fonte: Ministério da Educação, 2013/4- Relatório de monitorização sobre educação para todos).

Estimativas segundo os dados do IBEP apontam para que 58,5% de crianças e adolescentes dos 12 aos 17 anos estejam ainda a frequentar o ensino primário, quando deviam já se encontrar a frequentar o secundário. Estes indicadores mostram haver um alto nível de atraso escolar (Gráfico nº 5). Outra razão de ser destes níveis de atraso escolar reside no facto de a maioria das crianças entrar para a escola aos 10 anos de idade, justificando-se a necessidade de se realizar a correção no fluxo de entrada e no fluxo escolar.

**Gráfico 5:** Níveis de atraso escolar no ensino primário



FONTE: IBEP, 2011

Angola, segundo os dados da Tabela nº 9, representa um dos países da África Subsahariana que apresenta uma taxa de conclusão inferior a 50% em relação à taxa de

conclusão do ensino primário. É necessário que se criem as condições para a retenção das crianças na escola assim como também velar pela melhoria do seu aproveitamento escolar.

**Tabela 9:** Taxa de conclusão no ensino primário nos países da África sub-sahariana

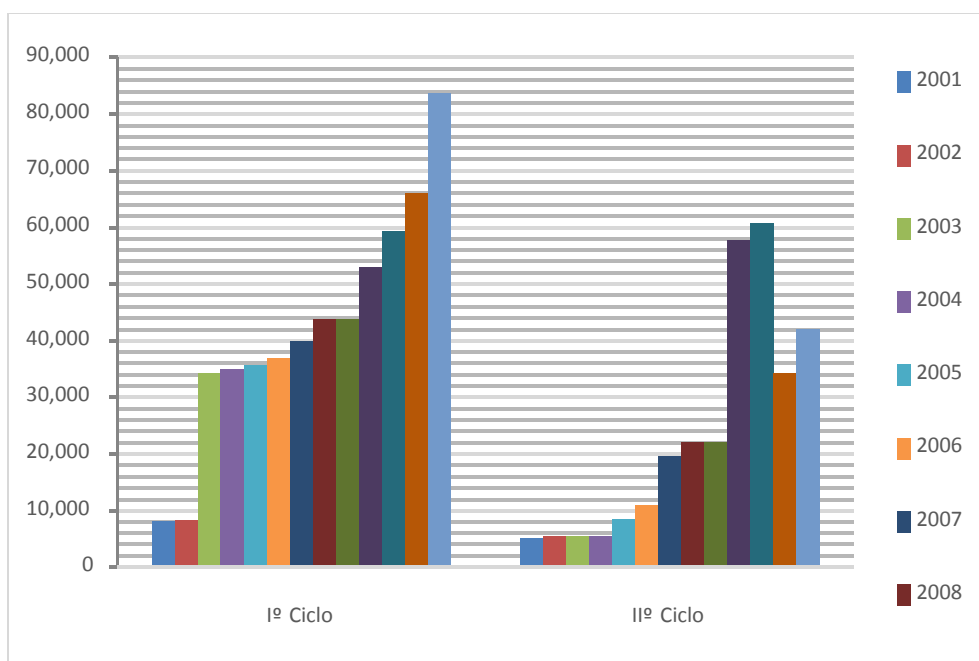
<b>Alto</b>	<b>Médio</b>	<b>Baixo</b>		
<b>1 País</b>	<b>12 Países</b>	<b>32 Países</b>		
(TCEP>100%)	(TCEP>90%)	(TCEP: 90-70%)	(TCEP: 70-50%)	(TCEP<50%)
Seychelles	Botsuana; Cabo Verde; Gabão; Gana; Quênia; Ilhas Maurícias; Namíbia; São Tomé e Príncipe.; África do Sul; Suazilândia; Tanzânia; Zâmbia.	Camarões; Ilhas Comores; Congo; Etiópia; Gâmbia; Madagáscar; Nigéria; Serra Leoa; Togo	Benim; Burundi; Costa do Marfim; República Democrática do Congo; Guiné Equatorial; Guiné Bissau; Lesoto; Libéria; Malawi; Malí; Moçambique; Ruanda; Senegal; Uganda	Angola; Burkina Faso; República Centro Africana; Chade; Djibuti; Eritreia; Níger

FONTE: MED, setembro de 2014.

Relativamente à evolução do corpo docente, observa-se a partir do gráfico abaixo que o ano de 2001 foi o de maior registo no tocante à evolução do corpo docente do Iº Ciclo do ensino em Angola, enquanto a evolução mais considerável do corpo docente a nível do IIº Ciclo verificou-se no ano de 2007. Verifica-se algum esforço no domínio da formação do ensino técnico profissional em Angola mas, segundo os dados fornecidos pelo INEFOP - Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional, organismo sob responsabilidade do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPTSS), frequentaram no âmbito dos cursos de formação profissional 151.531 alunos no período de 2009 a 2011, tendo mais de 87% sido aprovados. De qualquer modo, é um número bastante baixo, pois este número de formados representa menos de 10% da população com necessidades de orientação profissional com idade compreendida entre os 12 e 17 anos, qualificando o esforço de necessário, porém

extremamente insignificante. Tal obriga certamente à necessidade de se criarem mais centros de formação profissional um pouco por todo país, para que se possa proporcionar essa oportunidade à juventude, bem como a toda a população adulta que fruto da guerra e outros fatores não pode profissionalizar-se.

**Gráfico 6:** Evolução do corpo docente no ensino secundário geral e técnica



FONTE: MED. Setembro, 2014

Os Centros de Formação Profissional, vinculados ao MAPTSS, proporcionam alguns cursos de curta duração, isto é curso do Iº e do IIº Níveis, nas mais variadas especialidades, sobretudo nas especialidades do ramo industrial, preparando o cidadão para a sua inserção na vida ativa por intermédio destes cursos, mas ainda assim os referidos centros de formação profissional não estão circunscritos em todos os municípios de Angola, embora exista nas capitais provinciais, o que de certa forma limita a participação de um maior número de angolanos no tocante à aquisição de conhecimentos profissionais. Tal torna muito debilitada numa perspectiva de qualificação profissional a mão de obra angolana, dando origem obviamente à necessidade de importação de força de trabalho qualificada do exterior, dada a necessidade das contingências da reconstrução nacional apesar de ser frequentemente questionada a nível do mercado de trabalho a qualidade técnica destes formandos. Portanto, a formação profissional, numa visão de educação para todos segundo recomendações da UNESCO, e apesar de existirem vários centros de formação

profissional em todo país, é uma área que continua a apresentar ainda um dos maiores défices de formação. Neste sentido, deve ser feito um maior investimento para que as metas e objetivos possam realmente ser atingidas. Partindo do pressuposto de que Angola é, no domínio populacional, maioritariamente jovem, a baixa cobertura dos centros de formação profissional deve recomendar por sua vez uma necessidade de formação de formadores em quantidade e, sobretudo em qualidade para que se reduzam os problemas ligados à insuficiência na formação técnica dos angolanos (apenas 24.943 alunos matriculados no ensino técnico em 2012 em todo país, segundo dados do Ministério da Educação).

**Tabela 10:** Indicadores de alfabetização e ensino secundário

Indicador	Angola	Residência		Sexo	
		Urbana	Rural	Masculino	Feminino
Taxa de Alfabetização (%)	65.6	81.8	80.6	80.9	51.9
Taxa líquida de frequência do Ensino Secundário	18.9	29.7	4.6	20.6	17.4
Atraso escolar (12-17 anos)	58.5	53.5	66.7	61.6	55.5

FONTE: IBEP, 2011

Realça-se no estudo apresentado pelo IBEP (2011), em que mais de 60% das crianças que concluem o ensino primário não ingressam no ensino secundário. A taxa de frequência do ensino secundário é bastante baixa, sendo estimada em apenas 18,9%, sendo esta uma das mais baixas de toda a região.

Existem referências de fundo que consistem na baixa valorização de montante de investimentos relativos a salários pagos aos professores em Angola. A análise deste dado revela-se importante, pois representa um dos principais itens de custo dentro do funcionamento do sistema educacional. Os gastos do Estado com a mão de obra qualificada para a execução do processo de ensino e aprendizagem – o professor – são de proporção ainda menor do que se utilizarmos o total de investimentos em educação como parâmetro. Fica claro que boa parte do já escasso dinheiro destinado à educação não chega à sala de aula, ficando retido em outros custos do processo que não os relacionados com os professores. Com isso, a conquista de pessoal qualificado para

trabalhar na transmissão de conhecimentos fica prejudicada, em especial no que se refere à concorrência com a iniciativa privada, uma vez ser este setor que maioritariamente emprega uma elevada mão de obra qualificada atendendo aos níveis salariais por estes praticados. Um projeto de aumento nos gastos educacionais em Angola passaria, necessariamente, pela melhoria dos salários dos docentes, o que facilitaria a conquista de bons profissionais para o trabalho. Fazer o dinheiro público chegar à sala de aula, bem como melhorar o salário dos docentes, seria uma das principais sugestões a se fazer ao governo angolano.

Com isso fica claro que o investimento financeiro em educação – em especial no salário dos professores e desde que o dinheiro chegue à sala de aula – tem retorno garantido.

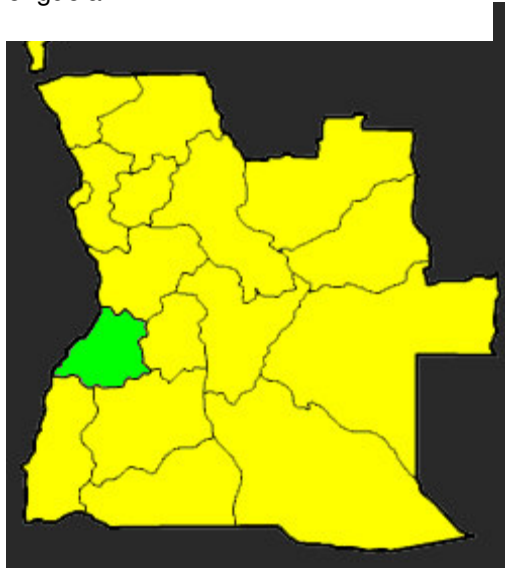
#### **4. BREVE CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA DA PROVÍNCIA DE BENGUELA**

A província de Benguela situa-se na região central e oeste de Angola. A sua capital é a cidade de Benguela. A província tem como limites o oceano Atlântico (a oeste), a província do Kwanza Sul (a norte), a província do Huambo (a este), a da Huíla (a sudeste) e por ultimo a província do Namíbe (a sul).

Benguela representa atualmente um dos centros urbanos mais importantes de Angola, dado o desenvolvimento comercial e industrial alcançado nos últimos anos, assim como também constitui um centro de atração turística no contexto nacional, para além de dispor de uma importante comunidade cultural.

Benguela é também caracterizada por possuir famosas praias e por uma espécie rara de árvores que povoa as suas ruas, as acácias rubras. Cerca de 10% da população de Benguela faz parte de uma grande franja de concentração de cidadãos de origem europeia (portugueses ou descendentes) e de mestiços, quer resultantes da miscigenação com a população nativa, quer com a de origem cabo-verdiana, tal como acontece noutras províncias. Em meados do século XX, a cidade do Lobito por apresentar melhores condições portuárias, passou a desempenhar uma maior importância em comparação com a capital da província, a cidade de Benguela. Porém, Benguela passa a ser então considerada como o destino mais importante a seguir de Luanda. É o ponto de partida e de chegada das grandes movimentações consagradas às trocas comerciais. Falar de Benguela, também é realçar uma das mais preciosas contribuições atribuídas a uma obra de valor internacional, implantada carril por carril ao longo de milhares de quilómetros desbravando novos caminhos, motivando a população a escolher áreas de melhor fixação e mais eficazes. Esta obra é o caminho de ferro de Benguela.

**Figura 3** :Mapa de angola – Província de Benguela



### Características

**Capital:**Benguela

**Área:** 39 827 km<sup>2</sup>

**População:** 2.036.662

**Clima:** Tropical seco

**Distâncias em km a partir de Benguela:** Luanda 692; Sumbe 208; Lobito 33

**Agricultura:** bananas, açúcar, algodão, hortaliças e milho.

**Outros produtos:** pesca e indústria pesqueira, minerais e indústria mineral.

### **4.1 POPULAÇÃO POR MUNICÍPIO E SEXO**

De acordo com a tabela abaixo, cujos dados são fruto dos resultados preliminares do Censo 2014, nesse ano residiam na província de Benguela 2.036.662 pessoas, sendo 961.484 do sexo masculino e 1.075.178 do sexo feminino.

**Tabela11:** População residente por município e área de residência, segundo o sexo e índice de masculinidade, 2014

Província/ Município e Área de Residência	Total		Homens		Mulheres		Índice de Masculinidade
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
<b>Benguela</b>	<b>2 036 662</b>	<b>100,0</b>	<b>961 484</b>	<b>100,0</b>	<b>1 075 178</b>	<b>100,0</b>	<b>89,4</b>
Área de residência							
Urbana	1 278 680	62,8	605 177	62,9	673 503	62,6	89,9
Rural	757 982	37,2	356 307	37,1	401 675	37,4	88,7
Município							
Benguela	513 441	25,2	244 779	25,5	268 662	25,0	91,1
Baía Farta	102 989	5,1	48 751	5,1	54 238	5,0	89,9
Lobito	324 050	15,9	154 064	16,0	169 986	15,8	90,6
Cubal	287 931	14,1	134 559	14,0	153 372	14,3	87,7
Ganda	224 668	11,0	104 777	10,9	119 891	11,2	87,4
Balombo	99 321	4,9	46 626	4,8	52 695	4,9	88,5
Bocoio	154 446	7,6	72 015	7,5	82 431	7,7	87,4
Caimbambo	80 715	4,0	38 060	4,0	42 655	4,0	89,2
Chongoroi	81 476	4,0	38 272	4,0	43 204	4,0	88,6
Catumbela	167 625	8,2	79 581	8,3	88 044	8,2	90,4

Fonte: ine, rgph 2014, resultados preliminares.

Segundo o quadro acima ilustrado, o município de Benguela é o mais populoso, concentrando 25% da população da província. Seguem-se, os municípios do Lobito (16%), Cubal (14%) e Ganda (11%). Estes quatro municípios concentram 66% do total da população residente na província. Por outro lado, os municípios de Chongoroi e Caimbambo são os municípios com menor número de habitantes. Seguem-se outros três municípios com população que variam de 5 a 8%. Em termos de índice de masculinidade, as mulheres representam 53% do total da população residente na província, contra os 47% de homens. Em todos os municípios, a população do sexo feminino é superior a do sexo masculino.

## 4.2. Dados sobre a educação na província de benguela

**Tabela 12:** Escolas públicas

ESCOLAS PÚBLICAS	Número de Escolas	Número de Salas de Aulas			
		DEFINITIVA	PROVISÓRIAS	IMPROVISADAS	TOTAL
Primária	1.000	1.754	2.913	578	5.245
Primária e Secundária do 1º ciclo	27	208	58	42	308
Primária e Secundária do 1º e 2º ciclo do Ensino Geral	0	0	0	0	0
Secundária do 1º e 2º Ciclo-Técnico Profissional	2	56	0	0	56
Secundária do 1º Ciclo	53	533	59	30	622
Secundária do 2º Ciclo Geral	8	50	5	3	58
Secundária do 2º Ciclo de Formação de Professores	9	94	0	0	94
Secundária do 2º Ciclo Técnico Profissional	8	52	0	0	52
<b>TOTAL PÚBLICAS</b>	<b>1.107</b>	<b>2.747</b>	<b>3.035</b>	<b>653</b>	<b>6.435</b>

FONTE:DPECT-BENGUELA

Os dados das Tabelas 12 e seguintes geram uma certa preocupação, quer no tocante à população de alunos que podem ser suportados por estas escolas, que em termos numéricos são de longe insignificantes se atendermos ao total da população residente na província de Benguela, quer na grande desproporção relativa ao número de escolas primárias e escolas do 1º ciclo que, uma vez concluído este ciclo de formação certamente encontrariam imensas dificuldades de continuidade dos estudos, pois o número de salas de aulas para o 2º ciclo do ensino geral e médio técnico surgem em quantidades muito inferiores em comparação com o número de salas para o ensino primário e 1º ciclo do ensino secundário.

**Tabela 13:** Instituições de formação técnico profissional em Benguela

	<b>BÁSICO</b>	<b>MÉDIO</b>	<b>TOTAL</b>
BENGUELA	2	2	4
BALOMBO		1	1
BOCOIO	0	0	0
CAIMBAMBO		1	1
BAIA FARTA	1	1	2
CATUMBELA		1	1
CHONGOROI		1	1
CUBAL	2		2
LOBITO	2	3	5
GANDA		1	1
<b>TOTAL</b>			<b>18</b>

Fonte: DPECT

A tabela 13 apresenta a nível particular da província de Benguela uma outra preocupação no tocante ao número reduzido de escolas do ensino técnico profissional, atendendo à necessidade gritante de se formar profissionalmente o cidadão, dotando-o de ferramentas para torná-lo útil no mercado de trabalho, bem como a necessidade urgente de serem utilizadas salas de aulas provisórias ou improvisadas num sistema de ensino que se quer de qualidade. Note-se que, é extremamente difícil realizar um processo de ensino e aprendizagem sério nas condições materiais que essas salas podem oferecer.

**Tabela 14:** Número da população analfabeta residente na província de Benguela por município em 2013.

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>M</b>	<b>F</b>	<b>MF</b>
BAIA FARTA	18299	21003	39302
BALOMBO	22898	35121	58019
BENGUELA	12303	33912	46215
BOCOIO	11604	49724	61328
CAIMBAMBO	10408	20013	30421
CATUMBELA	12917	16711	29628
CHONGOROI	16350	34693	51043
CUBAL	11254	19943	31197
GANDA	16729	29992	46721
LOBITO	17973	25638	43611
<b>TOTAL</b>	<b>150735</b>	<b>286750</b>	<b>437485</b>

Fonte: DPECT

A Tabela nº 14 apresenta um quadro deveras preocupante, pois havia cerca de 437.485 cidadãos analfabetos no ano de 2013, o que corresponde a 21,5% da população residente em Benguela de acordo com os dados do censo de 2014. Numa população de 99.321 habitantes residente no município do Balombo, cerca de 58.019 são analfabetos, ou seja, mais de 58% da população deste município é analfabeta. Portanto no universo de 2.036.662 habitantes, ou seja mais de 21% da população residente na província de Benguela é analfabeta, sendo as mulheres as que mais se destacam nesse âmbito.

**Tabela 15:** Escolas comparticipadas

Escolas Comparticipadas	Número de Escolas	Número de Salas de Aulas			
		Definitivas	Provisórias	Improvisadas	Total
Primária	24	128	47	19	194
Primária e Secundária do 1º ciclo	15	195	12	0	207
Primária e Secundária do 1º e 2º ciclo do Ensino Geral	2	43	2	0	45
Secundária do 1º e 2º Ciclo Técnico Profissional	1	38	0	0	38
Secundária do 1º Ciclo	8	73	8	0	81
Secundária do 1º e 2º Ciclo de Formação de Professores	2	29	0	0	29
Secundária do 2º Ciclo Geral	1	18	0	0	18
Secundária do 2º Ciclo de Formação de Professores	3	16	0	0	16
Secundária do 2º Ciclo Técnico Profissional	1	12	0	0	12
<b>TOTAL COMPARTICIPADAS</b>	<b>57</b>	<b>552</b>	<b>69</b>	<b>19</b>	<b>640</b>

Fonte: DPECT

Segundo os dados das Tabelas nº 15 e 17, verifica-se que o ensino privado numa perspectiva comparativa com o público em Benguela tem registado um crescimento positivo, sendo esta evolução visível no tocante ao número de salas de aulas, justificadas pelo maior número de escolas apresentado por este sub-setor de ensino. Além disso, reflete-se nestas escolas uma grande melhoria relativamente às condições materiais e até mesmo no domínio do pessoal qualificado, fruto das exigências que este setor privado rigorosamente impõe aos seus funcionários, quer sejam em regime de colaboradores ou de efetividade.

TABELA 16: Dados de alunos matriculados por níveis de ensino – anos letivos 2013/2015

INDICADORES		RESULTADOS					
		2013		2014		2015	
		MF	F	MF	F	MF	F
Alunos Matriculados	Alfabetização	102.709	71.993	144.320	96.275	111.524	68.291
	Ensino especial	2.566	1.130	794	335	2.045	937
	Iniciação	67.780	34.608	78.079	38.517	70.463	35.445
	Ensino primário	474.562	233.068	559.766	280.268	577.240	297.479
	Ensino secundário i ciclo geral	106.492	52.354	161.987	61.173	116.835	56.704
	Ensino secundário i ciclo téc. Profissional.	314	64	625	194	973	350
	Ensino secundário ii ciclo geral	12.535	6.386	10.942	4.757	10.725	4.604
	Ensino secundário ii ciclo téc. Profissional.	11.685	4.984	12.467	6.556	11.727	3.319
	Ensino secundário ii ciclo f. De professor	11.704	6.088	16.379	6.996	7.419	3.602
	Ensino particular	13.018	6.666	30.338	15.873	21.233	13.380
<b>Total</b>		<b>803.365</b>	<b>417.341</b>	<b>1.015.697</b>	<b>510.944</b>	<b>930.184</b>	<b>484.111</b>
Número de Professores	Ensino primário (com iniciação)	15.229	9.216	15.097	8.563	14.816	8.465
	Ensino secundário i ciclo	4.803	1.956	4.714	1.902	4.679	1.887
	Ensino secundário ii ciclo	1.684	474	1.678	468	1.671	463
<b>TOTAL</b>		<b>21.716</b>	<b>11.646</b>	<b>21.489</b>	<b>10.933</b>	<b>21.166</b>	<b>10.815</b>
Número de Salas de Aulas	Ensino primário (com iniciação)	6.448		8.467		8.472	
	Ensino secundário i ciclo	709		929		929	
	Ensino secundário ii ciclo	329		403		403	
<b>Total</b>		<b>7.486</b>		<b>9.799</b>		<b>9.804</b>	
Taxa de aprovação	Iniciação	89,90	89,60	80,5	82,8		
	Ensino primário	72,60	79,60	85,3	75,9		
	Ensino secundário I ciclo	53,80	61,90	78,2	74,4		
	Ensino secundário II ciclo	0,71	62,80	72,2	76,3		
Taxa de abandono	Iniciação	10,00	0,10	20	17		
	Ensino primário	13,10	0,10	17	20		
	Ensino secundário I ciclo	0,11	0,14	21	12		
	Ensino secundário II ciclo	0,12	0,14	15	15		
Rácio Alunos/sala de aula	Ensino primário/iniciação	85		75		77	
	Ensino secundário I Ciclo	151		175		127	
	Ensino secundário II ciclo	109		99		74	
Rácio alunos/ Professor	Iniciação /ensino primário	35		42		44	
	Ensino secundário I ciclo	22		34		25	
	Ensino secundário II ciclo	21		24		18	
Taxa líquida de escolarização	Iniciação	63,1	64,5	72,1	71,1	64,6	64,1
	Ensino primário	83,8	68,6	98,6	82,1	101,4	87,4
	Ensino secundário i ciclo	76,7	67,7	115,8	78,5	83,5	71,8
	Ensino secundário ii ciclo	28	25	30	26	22	16
População em idade escolar	<b>População em idade escolar</b>	<b>943.043</b>	<b>540.083</b>	<b>949.633</b>	<b>543.981</b>	<b>953.667</b>	<b>546.246</b>
	Iniciação (5 anos)	107.342	53.641	108.280	54.138	109.153	55.266
	Ensino primário (6-11 anos)	566.195	339.819	567.440	341.426	569.302	340.257
	Ensino secundário i ciclo (12-14 anos)	139.223	77.402	140.410	78.219	141.104	79.434
	Ensino secundário ii ciclo (15-17 anos)	130.283	69.221	133.503	70.198	134.108	71.289

Segundo os dados da Tabela nº 16, o intervalo de 2013 a 2014 registou maiores indicadores em termos de alunos matriculados no ensino primário, com uma diferença comparativamente aos outros anos letivos cifrada em 85.204 alunos, enquanto para o mesmo período letivo registavam-se também maiores indicadores no domínio de alunos matriculados no I Ciclo do ensino secundário de formação geral, cifrados em 55.495 alunos matriculados neste ciclo de ensino. O ensino secundário do I ciclo do ensino técnico profissional registou no ano letivo de 2015 um aumento de 348 alunos matriculados neste ciclo de ensino, sendo este número de longe muito inferior se atendermos às necessidades que a província possui no tocante à profissionalização dos seus municípios para responder as exigências do mercado de trabalho.

A taxa líquida de escolarização fornece-nos dados que nos permitem de forma dedutiva resumir que ainda existe uma grande população de alunos em idade escolar cujas expectativas de estudo não são satisfeitas, pois acabam não sendo integrados no sistema de ensino. Também importa realçar que esta taxa líquida de escolarização apresenta resultados bastantes baixos no último ciclo de formação, isto é no segundo ciclo do ensino secundário, fruto certamente das taxas significativas de abandono escolar, bem como das taxas de reprovação que se registam nos níveis anteriores a este ciclo. Verificou-se uma certa redução no número de alunos matriculados no II ciclo do ensino secundário, quer ao nível médio técnico profissional como na formação geral nos últimos dois anos letivos em toda a província de Benguela, comparativamente ao ano de 2013. O maior número de alunos matriculados no II ciclo de formação de professores registou-se no ano letivo de 2014, sendo o ano letivo de 2015 o ano que menos alunos viu matriculados neste ciclo de ensino orientado para a formação de professores. Ainda de acordo com a tabela, verifica-se que no ano de 2014, o ensino particular registou um número considerável de alunos matriculados, sendo por sua vez aquele que em toda a província de Benguela registou um maior número de matriculados em todo o sistema de ensino, com 1.015.697 alunos, número que veio a diminuir no ano letivo de 2015 para 930.184.

O número do pessoal docente em efetivo exercício de suas funções, segundo os dados da tabela em toda a província tem vindo a baixar nos últimos anos, fruto de reduzidos ingressos de profissionais na função de docência, de abandonos da profissão por parte de muitos professores, aderindo a outras profissões cuja remuneração salarial se revela melhorada, bem como a mortalidade de muitos professores ao longo dos últimos anos, sem o devido procedimento de substituição através de concursos públicos. Sendo

assim, uma vez verificando-se em toda a província esta redução de professores no setor, em consequência desse facto parece justificar-se também a diminuição de alunos matriculados no sistema de ensino na província, adiando e sobretudo frustrando o sonho de muitos angolanos de se formarem nos mais variados aspectos da vida.

Mesmo assim, à luz da tabela, percebe-se um certo aumento do número de salas de aulas em toda a província de Benguela nos anos letivos de 2013 a 2015, o que revela que o rácio aluno/professor continua elevado pois, enquanto aumentava o número de salas, neste mesmo período de tempo diminuía paralelamente o número de professores. Verifica-se que o rácio aluno/professor tem variado de acordo com os ciclos de formação, sendo na ordem de 41 alunos/professor no ensino primário, 25 alunos/professor no I ciclo do ensino secundário e cerca de 21 no II ciclo do ensino secundário, o que torna necessário equilibrar este rácio, de modo a não colocar em causa a qualidade do processo de ensino dada a exiguidade de meios e materiais de apoio ao processo de ensino e aprendizagem, bem como evitar-se que este rácio também seja muito baixo, pois colocaria em risco o investimento feito em termos de infraestruturas, dado o risco de desperdício.

**Tabela 17:**Escolas privadas

ESCOLAS PRIVADAS	Número de Escolas	Número de Salas de Aulas			
		Definitivas	Provisórias	Improvisadas	Total
Primária	8	50	13	0	63
Primária e Secundária do 1º ciclo	4	36	0	0	36
Primária e Secundária do 1º e 2º ciclo do Ensino Geral	20	88	0	0	88
Secundária e 2º Ciclo Geral	1	17	0	0	17
Secundária do 1º Ciclo	2	10	0	0	10
Secundária do 2º Ciclo Geral	8	67	0	0	67
Secundária do 1º e 2º Ciclo Geral	12	104	0	12	116
Secundária do 2º Ciclo Técnico Profissional	2	14	0	0	14
<b>TOTAL PRIVADAS</b>	<b>57</b>	<b>386</b>	<b>13</b>	<b>12</b>	<b>411</b>
<b>TOTAL (PÚBLICAS, COMPARTICIPADAS E PRIVADAS)</b>	<b>1.221</b>	<b>3.685</b>	<b>3.117</b>	<b>684</b>	<b>7.486</b>

FONTE:DPECT

## 5. INQUÉRITO AOS ALUNOS E PROFESSORES

Definindo a população alvo do inquérito a realizar como sendo constituída por todos os estudantes e funcionários educativos angolanos, o questionário realizado no âmbito desta dissertação foi dirigido a 200 alunos do Colégio Wiliete de Benguela e do Instituto Médio Politécnico de Benguela (93 alunos do sexo masculino e 107 do sexo feminino) e a 100 funcionários, dos quais 71 do sexo masculino e 29 do sexo feminino, o que revela haver muito mais homens no setor formal do emprego. Os 100 funcionários estavam distribuídos da seguinte forma: 5 funcionários da Direção Provincial de Educação de Benguela, 55 funcionários do Colégio Wiliete de Benguela e 40 funcionários do Instituto Médio Politécnico de Benguela.

A distribuição dos estudantes por sexo nestas duas instituições revela haver mais alunos do sexo masculino a frequentar o 2º ciclo de ensino secundário de formação médio técnico profissional, enquanto os alunos do sexo feminino remetem-se para cursos voltados ao 2º ciclo de ensino secundário de formação geral.

Dos inquiridos, 83% estão com a idade compreendida entre 18 a 45 anos de idade e 17% estão com idade superior a 46 anos de idade, o que de certa maneira comprova a população juvenil da população angolana, sobre a qual deve recair toda atenção em termos de prioridade no domínio da formação para que de modo proativo se busque alcançar o desenvolvimento do qual tanto se almeja para Angola.

### a) **Nível de escolaridade:**

- Médio incompleto (200)
- Médio completo (7)
- Superior incompleto (28)
- Superior completo (51)
- Mestrado incompleto (9)
- Mestrado completo (4)
- Doutoramento incompleto (1)
- Doutoramento completo (0)

Observa-se uma certa percentagem que apela à necessidade de uma dada preocupação no tocante ao nível de formação dos profissionais, porquanto nenhum dos inquiridos apresenta o doutoramento concluído e se atendermos ao facto de estarem em causa

instituições do 2º ciclo do ensino secundário e funcionários de uma direção provincial de educação, preocupa este dado uma vez percebido o objetivo que se busca alcançar em qualquer instituição de ensino que está obviamente ligado à produção qualitativa de conhecimentos científicos que servem de sustentabilidade para qualquer desenvolvimento económico de um país.

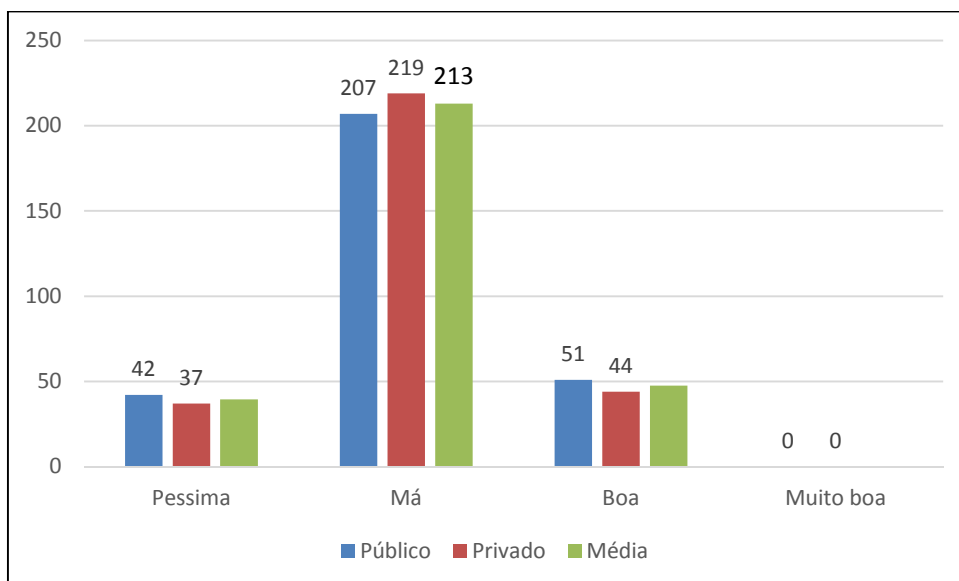
**b) Situação salarial dos funcionários públicos:**

- Péssima (07)
- Má (38)
- Boa (0)
- Muito boa (0)

**c) Situação salarial dos funcionários privados:**

- Péssima (04)
- Má (36)
- Boa (05)
- Muito boa (0)

**Gráfico 7:** Situação Salarial dos funcionários público-privados



Refira-se que os dados do gráfico nº7 refletem o facto de vários dos alunos inquiridos também terem respondido às questões b) e c).

**d) Existe alguma relação entre salário e nível de escolaridade?**

- Sim (271)
- Não (29)

**e) Quanto maior for o nível de escolaridade:**

- Maior é o salário (269)
- Menor é o salário (31)

Relativamente à situação salarial dos funcionários quer públicos como do setor privado, 74% dos funcionários inquiridos caracterizam-na por má, havendo apenas 5% dos funcionários do sector privado inquiridos classificam de boa a situação salarial dos funcionários em Angola.

90,3% dos inquiridos afirmam haver uma relação diretamente proporcional entre o nível de escolaridade e o salário auferido, sendo que destes 89,6% afirmam que quanto maior for o nível académico do funcionário maior será o seu salário nominal.

**f) Para se alcançar o desenvolvimento económico de um país é necessário investir nas seguintes áreas:**

- Educação (153)
- Saúde (13)
- Estradas (4)
- Indústria (58)
- Agricultura (72)

51% dos inquiridos são de opinião que o desenvolvimento económico de um país passa necessariamente pelo investimento no setor da educação. Já 24% pensam que esse desenvolvimento deve passar por um investimento na agricultura e 19,3% apontam a indústria como fator primário para provocar o desenvolvimento económico de um país. 4,3% apontam a saúde como setor primário para que o país se desenvolva na perspectiva económica e apenas 1,3% apontam as estradas como sendo o setor a privilegiar para que se alcance o desenvolvimento económico.

**g) O combate à pobreza passa por investir nas seguintes áreas:**

- Educação (161)
- Saúde (5)
- Estradas (2)
- Indústria (63)
- Agricultura (69)

Relativamente à pobreza, 53,6% dos inquiridos apontam a educação como sendo o setor primário para o combate à pobreza, ou seja, mais da metade dos inquiridos afirmam que para combater a pobreza é necessário que se invista na educação da população. Já 23% apontam a agricultura como fator de combate à pobreza e 21% apontam a indústria como antídoto para combater a pobreza. Apenas 1,7% dos inquiridos são de opinião que o combate à pobreza passa pelo investimento no sector da saúde e apenas 0,66% apontam o investimento nas estradas como sendo o meio adequado de combate à pobreza.

**h) O exercício da cidadania de um povo passa por um investir nas seguintes áreas:**

- Educação (203)
- Cultura (6)
- Partidos políticos (51)
- Igreja (31)
- Organizações não governamentais (9)

O exercício da cidadania que é também uma de entre as várias características de países desenvolvidos do domínio económico é realçado na visão dos inquiridos como objetivo alcançável caso se invista na educação, ou seja, 67% dos inquiridos apontam a educação como sendo o setor no qual se deve priorizar o investimento para que o exercício da cidadania seja um facto no contexto do país.

**i) Quanto do seu rendimento mensal gasta para a manutenção da sua família:**

- Todo o dinheiro (87)
- Mais de metade do dinheiro (8)
- Menos de metade do dinheiro (5)
- Nenhum dinheiro (0)

**j) Nível de satisfação relativamente ao salário que auferem:**

- Péssimo (9)
- Mau (88)
- Bom (03)
- Muito bom (0)

Relativamente ao rendimento mensal dos funcionários, cerca de 87% do entrevistados afirmam que gastam todo o dinheiro para o sustento ou manutenção da família, isto é 87% dos inquiridos afirmam não ser suficiente o salário que auferem mensalmente para que deste mesmo salário resulte alguma poupança, 8% dos inquiridos assumem gastar mais de metade do dinheiro para a manutenção familiar, poupando menos de metade do dinheiro dos seus rendimentos e apenas 5% dos entrevistados poupam mais de metade do dinheiro que auferem, pois afirmam gastar menos da metade dos seus rendimentos. Desta realidade deduz-se serem extremamente insuficientes os rendimentos dos funcionários, o que de certa maneira leva a uma série de constringimentos no desenvolvimento económico de um país, porquanto, não havendo poupança nos rendimentos das famílias, por conseguinte deixa de haver sustentabilidade em termos de liquidez monetária, causando esta falta de liquidez embaraços na economia de qualquer país. Estes níveis salariais levam a que cerca de 88% dos inquiridos qualifiquem de maus os rendimentos das famílias, contra 3% daqueles que os consideram bons, enquanto os dados revelam de forma preocupante não haver nenhum funcionário que considere de muito bom o nível salarial praticado.

**k) Como avalia o parque industrial de Angola:**

- Péssimo (15)
- Mau (258)
- Bom (26)
- Muito bom (1)

**l) Como avalia a acessibilidade no ensino em Angola?**

- Difícil (131)
- Muito difícil (99)
- Fácil (69)
- Muito fácil (1)

**m) Como avalia os serviços de saúde em Angola?**

- Péssimos (10)
- Maus (157)
- Bons (129)
- Muito bons (4)

**n) Verifica-se no país a inexistência de políticas de incentivo à formação técnica profissional:**

- Sim (54)
- Não (16)
- Pouco regular (225)
- Muito regular (5)

Na opinião dos entrevistados, o parque industrial que deve ser um factor decisivo para o desenvolvimento económico é caracterizado por muito mau, pois 86% destes assim o qualificam. Há uma visão de uma certa inoperância deste parque industrial que leva a que apenas 0,33% dos entrevistados considerem-no como muito bom.

A acessibilidade ao ensino também é vista como difícil, havendo apenas 23% dos entrevistados que consideram não encontrar dificuldades no domínio da acessibilidade no tocante aos serviços ligados à educação. Os serviços ligados à saúde são nesta entrevista apontados como sendo ainda maus, havendo uma certa necessidade de se melhorarem estes serviços porquanto deles dependem fisicamente aqueles que devem vitalizar o desenvolvimento económico de qualquer país. Na visão dos entrevistados de forma pouco regular vão surgindo algumas tendências em termos de políticas de incentivo à formação técnica profissional, o que de certa maneira impede que o parque industrial tenha em termos de recursos humanos uma mão de obra quer quantitativa como qualitativamente em altura para responder ao tão exigente mercado de trabalho, fazendo com que em muitos casos o recurso óbvio seja a dependência da mão de obra estrangeira, o que não é saudável economicamente.

**o) Como avalia o parque industrial de Benguela:**

- Péssimo (11)
- Mau (159)
- Bom (92)
- Muito bom (0)

**p) Qual a sua avaliação da província quanto aos serviços de educação?**

- Não satisfatório (239)
- Pouco satisfatório (42)
- Satisfatório (16)
- Muito satisfatório (3)

**q) Qual a avaliação da sua província quanto aos serviços de saúde?**

- Péssima (43)
- Maus (187)
- Bons (70)
- Muito bons (0)

Dos inquiridos, 79,6% avaliam de não satisfatórios os serviços ligados ao setor da educação, isto é, grande parte dos inquiridos está insatisfeito pela qualidade de serviços que a educação presta à população, revelando a necessidade de um sério investimento em termos de qualidade nos serviços da educação a nível da província de Benguela. Apenas 1% destes entrevistados considera de muito satisfatórios estes serviços educativos da província. Todavia, cerca de 43,6% dos inquiridos consideram ser difícil o acesso aos serviços da educação na província de Benguela, 33% dos entrevistados consideram ser este acesso de muito difícil e 23% consideram ser fácil este acesso. A avaliação feita aos serviços de saúde reflete uma certa necessidade numa perspectiva de melhorar profundamente este setor essencial da vida da província, pois apenas 23,3% dos entrevistados estão satisfeitos com os serviços de saúde prestados à população da província de Benguela, quando cerca de 62,3% dos inquiridos afirmam ser maus estes serviços de saúde.

## CONCLUSÕES

O desenvolvimento económico sustentável deve ser a meta a alcançar por parte de qualquer Estado preocupado com o bem estar da sua população, assim como com a construção da sua cidadania e esta responsabilidade passa necessariamente pela educação, ou seja, sem a educação não há futuro.

Portanto atribui-se à educação o fundamento da produtividade de uma economia moderna sustentável, ou seja, a chave do desenvolvimento económico e do progresso de qualquer país. Logo é inegável a existencia de uma relação directamente proporcional entre a educação e o desenvolvimento económico de qualquer país.

O investimento no sector da educação deve ser por parte de todas as nações em geral, bem como para Angola em particular, uma variável necessária e suficiente da qual depende o desenvolvimento económico e sustentável de um país. Ou seja, as nações no geral e Angola em particular devem reconhecer na educação, como o ativo maior de qualquer povo, o meio pelo qual o progresso e a felicidade humana são alcançáveis.

Os dados relativos a investimentos no sector da educação em Angola são extremamente preocupantes, embora haja alguns esforços, mas se entendermos que todos os problemas levantados no passado, presente e aqueles que certamente levantar-se-ão no futuro que clamam por uma solução, sem a menor dúvida essa solução passam pela educação das populações, então ainda continuam extremamente reduzidos os investimentos direcionados à educação. Se forem analisados os níveis de desenvolvimento humano que Angola alcançou nos últimos anos, porquanto os indicadores no tocante a qualidade de vida dos angolanos, continuam muito preocupantes, apesar de continuamente observarem-se valores orçamentais muito baixos alocados ao sector da educação comparados com investimentos alocados ao setor da educação nos orçamentos dos países da SADEC, para além do orçamento atribuído ao sector da educação em Angola ser muito abaixo do recomendado mundialmente pela UNESCO, que deve variar entre 15% a 20%. Sendo assim, como consequência:

- Angola encontra-se na posição 20 com o índice de desenvolvimento humano baixo estimado em 0,526 no ano de 2013 no conjunto de 52 países de África.

- Os níveis altos de pobreza dos Angolanos, sobretudo nas zonas rurais.
- Os baixos níveis de qualidade no sistema nacional de saúde colocam Angola na 49ª posição no universo de 54 países de África cujo orçamento geral do Estado direciona menos recursos em termos de percentagem ao sector da saúde, fazendo de Angola o país a nível mundial com uma das mais altas taxas de mortalidade infantil, assim como a crianças menores de anos. Segundo a OMS, Angola por 1.000 habitantes possui apenas 0,08 médicos. Esta mesma organização mundial de saúde estima que menos de 23 trabalhadores da saúde (médicos apenas, enfermeiros e parteiras) por 10.000 não é suficiente para satisfazer as necessidades de cobertura de cuidados de saúde primários.
- Embora Angola seja um país potencialmente rico por possuir imensos recursos naturais, que sem dúvida seriam pressuposto propiciador do desenvolvimento económico, porém esta mesma riqueza necessita ser traduzida no bem-estar das suas populações, para evitar que os seus cidadãos não possuam um nível de vida muito baixo, o que de facto não está a acontecer pelo facto de ainda se estar a desvalorizar o factor humano como sendo decisivo no desenvolvimento económico de um país.
- Regista-se uma acentuada insuficiência na produção, no transporte e na distribuição de energia eléctrica, estimando-se que metade da população angolana não tem acesso à eletricidade.
- A quase inexistência de instituições de ensino técnico profissional de qualidade coloca Angola numa interminável dependência externa no tocante a mão de obra qualificada em quase todos os sectores.

Portanto, tal como refere Antão (2010: 146), a questão fundamental deste estudo conclui ser o investimento na educação uma condição necessária e indispensável para se alcançar o desenvolvimento económico de qualquer país em geral e no caso particular em Angola, pois o investimento na educação de uma população é sinónimo de investimento na formação da mão de obra altamente qualificada, reconhecendo o homem como o sujeito mais importante no processo produtivo, dotando-o de oportunidades e, sobretudo, de capacidades produtoras, fornecendo-lhe condições intelectuais de manuseio racional de tecnologia, o que como consequência cria riqueza fazendo com que a população viva do seu salário real derivado do trabalho da sua

atividade de produção, visto que o cidadão pelo salário que auferir é capaz de satisfazer as suas necessidades básicas, tais como necessidades de uma habitação, alimentação e dispor de serviços de saúde e cuidados médicos, por haver cidadãos com níveis elevados de formação no tocante ao ensino técnico ou profissional, por possuir cidadãos educados do ponto de vista moral e cívico, o que resulta obviamente em ter uma população que enaltece o seu padrão cultural como valor assente na educação dos seus cidadãos.

## RECOMENDAÇÕES

Considerando a importância estratégica que o Sector da Educação representa para o desenvolvimento global do país, os resultados deste estudo mostram que Angola em particular deve continuamente reconhecer a Educação como o ativo maior de qualquer povo, o único meio através do qual é possível alcançar-se o desenvolvimento económico e sustentável para a sua população. Uma vez reconhecido serem insuficientes os investimentos direcionados até hoje ao sector da educação em Angola, isto apesar de alguns esforços, recomenda-se o seguinte:

- ❖ A atribuição de uma quota orçamental anual variando entre 15% a 20%, tal como recomenda a UNESCO, para garantir recursos financeiros às escolas tornando-as capazes de planificar e materializar as políticas educativas.
- ❖ Criar condições de retenção das crianças nas escolas para aumentar a taxa de conclusão a nível do ensino primário, que se cifra abaixo de 50%, sendo um dos países da África Subsaariana que apresenta uma taxa de conclusão inferior a 50%, condições para se evitar uma elevada taxa de abandono escolar, bem como políticas educativas que reduzam significativamente o alto nível de atraso escolar.
- ❖ O aumento quantitativo e qualitativo da oferta escolar, ou seja das infra-estruturas físicas (compreende a construção, reabilitação e equipamento de instituições escolares), devidamente apetrechadas, pois observam-se um pouco por todo o país escolas com salas de aulas provisórias e improvisadas, o que de certa maneira retira a qualidade em todo o processo de ensino e aprendizagem, sobretudo a construção destas escolas nas zonas de residência para que se reduza a percentagem das crianças numa faixa etária de 6-9 anos que nunca frequentaram a escola dado ao facto das poucas escolas existentes estarem relativamente distantes das suas residências, bem como garantir a obrigatoriedade, qualidade e gratuidade de ensino que se pretende sem ferir o rácio aluno/turma.
- ❖ A construção nas zonas rurais de centros infantis e o aumento significativo de investimentos dirigidos ao atendimento à educação da primeira infância, visando a expansão e a melhoria em todos os aspectos, dos cuidados bem como da educação na primeira infância, especialmente para as crianças mais vulneráveis e desfavorecidas, garantindo em todo esse sistema a boa qualidade, gratuidade e a obrigatoriedade ao acesso a uma educação primária.

- ❖ Maior investimento na formação técnica profissional numa visão de educação para todos e sobretudo no sentido de proporcionar ao angolano ferramentas para a sua inserção na vida ativa, pois regista-se uma baixa cobertura dos centros de formação profissional sobretudo nas zonas rurais, colocando de fora maioritariamente a juventude que constitui a força motriz do desenvolvimento.
- ❖ Aumento qualitativo e quantitativo de formadores para que se reduzam significativamente os problemas ligados ao rácio aluno/professor.
- ❖ Solicitar às instituições de ensino superior, sobretudo às instituições de Ciências da Educação e às escolas superiores pedagógicas que reforcem a formação inicial de professores com vários perfis de saída (educação de infância, ensino primário e gestão escolar) e promovendo cursos de especialização e de pós-graduação.
- ❖ Aumentar quantitativa e qualitativamente os salários de todos os agentes envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.
- ❖ Garantir uma contínua formação, capacitação, superação em recursos humanos técnicos do sector social.
- ❖ Garantir uma educação de qualidade para todos, para que como consequência o país possa ter cidadãos livres no domínio económico e financeiro, cidadãos totalmente independentes de uma mão de obra externa para a realização do sonho do desenvolvimento económico e sustentável da nação, cidadãos valorizados democraticamente e culturalmente, cidadãos capazes de manusear de forma racional os meios de produção utilizados nos procedimentos produtivos, cidadãos com rendimento proporcional à sua qualificação, cidadãos capazes de orientar formalmente a sua economia, cidadãos capazes de evitar para si os níveis de pobreza e de desigualdade social, cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, cidadãos capazes de compreender o meio que o rodeia e cuidando e conservando o meio ambiente para prover a sustentabilidade para as gerações futuras e, finalmente, cidadãos capazes de prover ao país uma independência relativa a políticas de crescimento económico, ou seja, a não dependência externa do país no que toca à planificação e execução de projetos de desenvolvimento económico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTÃO, M. (2010), Economia.

BANCO MUNDIAL (2001), Relatório nº. 22841-BR. Brasil–Desenvolvimento na Primeira Infância: Foco sobre o Impacto das Pré-Escolas. Departamento de Desenvolvimento Humano-Brasil–Unidade de Gerenciamento do País–Região da América Latina e Caribe. Washington, DC.

BELL, Judith (2004), Como Realizar um Projecto de Investigação, Lisboa: Gradiva.

CALEIRO, António (2008), Educação e Desenvolvimento: que tipo de relação existe?, Atas do 1.º encontro Luso-Angolano em economia, sociologia e desenvolvimento rural, Universidade de Évora, 135-159.

CAMERON, L. (2003), Challenges for ELT from the expansion in teaching children, *ELT Journal*, n. 57, p.105 -112.

CARVALHO, Eduardo (2002), Metodologia do Trabalho Científico – “saber-fazer” da Investigação para Dissertações e Teses, Lisboa: Escolar Editora.

COSEP/ICT (2011), Olhar a pobreza em Angola: causas e consequências. Publicado pela OMS.

EDUCAÇÃO PARA TODOS (2001), O compromisso de Dakar, Brasília: UNESCO / CONSED, disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf> Estratégia de Combate à Pobreza - Disponível em: <http://www.angolaemb.se/Actualidades/Combate%20a%20pobreza.pdf>

FARIA, Cristina (2007), Manual Prático para Elaboração de Monografias: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, S. Paulo: Editora Vozes.

FISKE, J (2005), Introdução ao estudo da comunicação. Lisboa: ASA.

FURTADO, C. (1974), O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

IBEP (2011), Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População - IBEP 2011, INE, Angola.

- Instituto Nacional de Estatística e UNICEF (2002), Inquérito de Indicadores Múltiplos, Luanda, Angola.
- Instituto Nacional de Estatística/ Ministério do Planeamento (2009), Inquérito Integrado Sobre o Bem Estar da População (IBEP) 2008-09. INE, Angola.
- Instituto Nacional de Estatística (2007), Inquérito de Indicadores Básicos de Bem Estar. Angola.
- Instituto Nacional de Estatística (2014), Resultados preliminares do Censo 2014, Disponível em: <http://unia.ao/docs/Angola-CENSO2014.pdf>
- JOHNSON, D. (1984), Planning Small School Research, Londres: Harper and Row.
- MARQUEZ, C. Garrido (2006), O Banco Mundial e a educação infantil no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- MASCARENHAS, Veríssima (2011), Educação e desenvolvimento em Santa Catarina (Cabo Verde) - Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de mestre disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/2888/TESE.DH.pdf?sequence=1>.
- MED (2001), Estratégia Integrada Para a Melhoria do Sistema de Educação (2001-2015). Luanda, Angola.
- MED (2004), Plano de Educação para Todos. Luanda, Angola.
- MED (2005), Estratégia de Alfabetização e Recuperação do Atraso Escolar 2006-2015. Luanda, Angola.
- MED (2008), Evolução da Educação e Ensino em Angola (2002-2008). Luanda, Angola.
- Governo de Angola/ PNUD (2005), Angola - Objectivos do Desenvolvimento do Milénio. Luanda, Angola.
- MED (2012), Relatório Final: Estratégia Nacional de Formação de Quadros (ENFQ) – Casa Civil da Presidência da República de Angola, Março de 2012, Luanda, Angola.

- MED (2014), Relatório de Monitorização Sobre Educação para Todos. Disponível em:  
<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002317/231722por.pdf>
- MILONE, César (1998), Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In: MONTORO FILHO, André Franco et al., Manual de economia. São Paulo: Saraiva.
- MINPLAN (2010), Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Luanda, Disponível em <http://www.undp.org> Acesso em 25/06/2015-14:52.
- PNUD (1996), Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil, Brasília.
- PNUD (2008), Relatório do Desenvolvimento Humano 2007-2008. Lisboa. IPAD.
- Relatório do Índice do Desenvolvimento Humano (2003), Disponível em:  
<http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2003-portuguese.pdf>.
- Relatório do Índice do Desenvolvimento Humano (2014), Disponível em:  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_pa%C3%ADses\\_da\\_%C3%81frica\\_por\\_%C3%8Dndice\\_de\\_Developmento\\_Humano](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_da_%C3%81frica_por_%C3%8Dndice_de_Developmento_Humano).
- RODRIGUES, A. e ESTEVES, M. (1993), A análise de necessidades na formação de professores. Porto: Porto Editora.
- SANDRONI, Paulo (1994), Dicionário de Economia. São Paulo: Atlas.
- SCATOLIN, F. D. (1989), Indicadores de Desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná. Dissertação para obtenção do grau de Mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- SOUZA, V. (2012), Educação - A base da produtividade da economia moderna. São Paulo.
- UNESCO (2000), Educação para Todos. Disponível em:  
<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/232565por.pdf>.
- VASCONCELLOS, Marco e GARCIA, Manuel (2004), Fundamentos de Economia, São Paulo: Ed. Saraiva. 2ª Edição.

## ANEXO - INQUÉRITO AOS ALUNOS E PROFESSORES

**a) Nível de escolaridade:**

- Médio incompleto \_\_\_\_
- Médio completo \_\_\_\_
- Superior incompleto \_\_\_\_
- Superior completo \_\_\_\_
- Mestrado incompleto \_\_\_\_
- Mestrado completo \_\_\_\_
- Doutorado incompleto \_\_\_\_
- Doutorado completo \_\_\_\_

**b) Situação salarial dos funcionários públicos:**

- Péssima \_\_\_\_
- Má \_\_\_\_
- Boa \_\_\_\_
- Muito boa \_\_\_\_

**c) Situação salarial dos funcionários privados:**

- Péssima \_\_\_\_
- Má \_\_\_\_
- Boa \_\_\_\_
- Muito boa \_\_\_\_

**d) Existe alguma relação entre salário e nível de escolaridade?**

- Sim \_\_\_\_
- Não \_\_\_\_

**e) Quanto maior for o nível de escolaridade:**

- Maior é o salário \_\_\_\_
- Menor é o salário \_\_\_\_

**f) Para se alcançar o desenvolvimento económico de um país é necessário investir nas seguintes áreas:**

- Educação \_\_\_\_
- Saúde \_\_\_\_
- Estradas \_\_\_\_
- Indústria \_\_\_\_
- Agricultura \_\_\_\_

**g) O combate à pobreza passa por investir nas seguintes áreas:**

- Educação \_\_\_\_
- Saúde \_\_\_\_
- Estradas \_\_\_\_
- Indústria \_\_\_\_
- Agricultura \_\_\_\_

**h) O exercício da cidadania de um povo passa por um investir nas seguintes áreas:**

- Educação \_\_\_\_
- Cultura \_\_\_\_
- Partidos políticos \_\_\_\_
- Igreja \_\_\_\_
- Organizações não governamentais \_\_\_\_

**i) Quanto do seu rendimento mensal gasta para a manutenção da sua família:**

- Todo o dinheiro \_\_\_\_
- Mais de metade do dinheiro \_\_\_\_
- Menos de metade do dinheiro \_\_\_\_
- Nenhum dinheiro \_\_\_\_

**j) Nível de satisfação relativamente ao salário que auferi:**

- Péssimo \_\_\_\_
- Mau \_\_\_\_
- Bom \_\_\_\_
- Muito bom \_\_\_\_

**k) Como avalia o parque industrial de Angola:**

- Péssimo \_\_\_\_
- Mau \_\_\_\_
- Bom \_\_\_\_
- Muito bom \_\_\_\_

**l) Como avalia a acessibilidade no ensino em Angola?**

- Difícil \_\_\_\_
- Muito difícil \_\_\_\_
- Fácil \_\_\_\_
- Muito fácil \_\_\_\_

**m) Como avalia os serviços de saúde em Angola?**

- Péssimos \_\_\_\_
- Maus \_\_\_\_
- Bons \_\_\_\_
- Muito bons \_\_\_\_

**n) Verifica-se no país a inexistência de políticas de incentivo à formação técnica profissional:**

- Sim \_\_\_\_
- Não \_\_\_\_
- Pouco regular \_\_\_\_
- Muito regular \_\_\_\_

**o) Como avalia o parque industrial de Benguela:**

- Péssimo \_\_\_\_
- Mau \_\_\_\_
- Bom \_\_\_\_
- Muito bom \_\_\_\_

**p) Qual a sua avaliação da província quanto aos serviços de educação?**

- Não satisfatório \_\_\_\_
- Pouco satisfatório \_\_\_\_
- Satisfatório \_\_\_\_
- Muito satisfatório \_\_\_\_

**q) Qual a avaliação da sua província quanto aos serviços de saúde?**

- Péssima \_\_\_\_
- Maus \_\_\_\_
- Bons \_\_\_\_
- Muito bons \_\_\_\_

Obrigado pela colaboração